

TERROR EM SÍTIO NOVO

Assalto a banco deixa 4 mortos no interior do Maranhão

Moradores de Sítio Novo, no interior do Maranhão, vivenciaram uma madrugada de pânico, nesta quinta-feira (4), quando bandidos armados tentaram roubar uma agência do Banco Bradesco, fazendo pessoas reféns. Quatro integrantes da quadrilha foram baleados e mortos. A SSP-MA informou a *O Imparcial* que foram enviados ao local policiais militares, com o apoio do Centro Tático Aéreo (CTA) equipes do Departamento de Combate a Roubo à Instituições Financeiras (DCRIF), Grupo de Operações Especiais (GOE).



Governo do Estado encaminha à Assembleia MP que cria o "Casa de Esperança", programa inédito de assistência social para mães de baixa renda

PÁGINA 3

BASTIDORES

Cidadania revigorada

Levar o Poder Legislativo para perto da população do interior, que elege os deputados, é uma iniciativa plausível que precisa ser reforçada e aprimorada a cada itinerância, como a que acontece nesta sexta-feira, em Caxias. A população precisa conhecer os seus representantes legislativos não apenas em época de campanha eleitoral, como a história tem registrado.

SÉRIE B

Sampaio Corrêa já entrou na zona da degola

PÁGINA 13

ESTREIA NO CINEMA

Os esquisitões da Marvel estão de volta em Guardiões da Galáxia



PÁGINA 14



Prêmio Camões: o Discurso de Chico Buarque

AURELIANO NETO

· Membro da AML e AIL · aurineto@hotmail.com



Quando Chico Buarque – esse grande mito da cultura musical e literária brasileira, de estatura artística universal, por ter atravessado todas as fronteiras – completou setenta anos de idade, publiquei uma crônica (bem crônica mesmo), na qual trato de vários assuntos e finalizo, ao prestar homenagem à sua nova idade, a chamada idade da razão, sobretudo de um compositor, poeta e escritor talentoso, que, conquanto afirme no seu discurso, de recebimento do Prêmio Camões, o mais importante da língua portuguesa, tenha sido influenciado pelo seu pai, Sérgio Buarque de Holanda, historiador e sociólogo, autor do clássico *Raízes do Brasil*, que o orientava indicando as obras a serem por ele lidas, além de julgar seus primeiros arranjos textuais que lhe eram submetidos a sua avaliação, ainda quando o ganhador do Camões dava seus passos iniciais, na construção da sua carreira literária, que veio a se consolidar e, em definitivo, amadurecer, com escolha no ano de 2019 para ser laureado com esse honroso prêmio.

A respeito desse grande poeta da arte e do pensar, comprometido com os problemas sociais e políticos do nosso conturbado mundo/Brasil/pátria amada, até por essa a essência, o sentido e a função da poesia, como o fizera Castro Alves com o seu célebre poema *O navio negreiro*, de 1868/1870 – “Era um sonho dantesco... O tombadilho / Que das luzernas avermelha o brilho, / Em sangue a se banhar. / Tinir de ferros... estalar do açoite... / Legiões de homens negros como a noite, / Horrendos a dan-

çar...” escrevi:

“Mas, a grande notícia é que Chico Buarque de Holanda fez setenta anos. E outra boa notícia: Chico não é mais unanimidade nacional. Ainda bem. Ser unânime, em nosso país, é um insulto. O melhor é ser odiado. Na *Ilustrada*, a *Folha* (16/6/2014) afirma que o autor de *Olé, Olá, Carolina*, *A Banda*, *Pedro Pedreiro*, *Roda Viva*, *Olhos nos Olhos*, *Januária*, *Apesar de Você*, *Gota d’Água*, *Quem te Viu*, *Quem te Vê*, *Cotidiano*, *Construção* e tantas eternas canções, não é mais unanimidade nacional, sendo odiado por muita gente.

Essa feliz constatação decorre ‘da fartura de comentários negativos que podem ser lidos em sites noticiosos e nas redes sociais’ (na verdade, redes antissociais). Chico deve estar velho de feliz, já que ser odiado por essa gente é conseguir vencer os limites da burrice e alcançar a imortal consagração de chegar aos setenta com vigor artístico, alicerçado numa obra que não pode estar ao gosto dessa turba ignara, que não lê sequer a nossa festejada literatura de cordel. Ainda assim, conseguindo sobreviver-se a tudo isso, acende-se uma luzinha no fim túnel. É paradoxal, mas é possível.”

Dito isso, para que a memória dos esquecidos sai do túmulo da ignorância, transcrevo passagens dos fatos noticiados pela mídia: “Chico foi escolhido pela comissão julgadora do prêmio em 2019, mas o procedimento não foi concluído, porque o então presidente brasileiro, Jair Bolsonaro, não quis assinar a documentação necessária. ‘Hoje, para mim, é uma satisfação corrigir um dos maiores absurdos cometidos contra a cultura brasileira nos últimos tempos. Digo isso porque esse prêmio deveria ter sido entregue em 2019 e não foi. Todos nós sabemos por quê’, declarou Lula. O diploma do Camões foi assinado nesta segunda em cerimônia em Sintra (Portugal) por Lula e pelo presidente de Portugal, Marcelo Rebelo de Sousa, e entregue a Chico Buarque em seguida.” E mais: “A entrega nesta segunda acontece na véspera do aniversário de 49 anos da Revolução dos Cravos, movimento que pôs fim a uma ditadura de quase 50 anos em Portugal. A revolução é citada por Chico Buarque na música ‘Tanto mar’, de 1978, e foi lembrada pelo presidente português no discurso.”

Por ocasião da entrega dessa grande honraria a um brasileiro, que pôs a

sua poesia na luta por uma sociedade humanizada, ênfase a linha do pensamento do poeta Ferreira Gullar, ao dizer, no livro *Autobiografia poética* e outros textos, pp. 78/80, que “a poesia só poderá ter função no mundo moderno se ela falar dele, se se voltar para os problemas, as lutas e as perplexidades do homem de hoje. (...) acredito que só o corpo a corpo com a vida, a identificação com os problemas do povo, do homem comum, e a tentativa de levar a língua a abranger os mais prosaicos aspectos da experiência social poderão conduzir a poesia à altura do momento que vivemos”. Ressalto esta passagem da solenidade: “Lula afirmou a ‘negação’ das artes é um dos instrumentos usados por ditaduras, a exemplo do que ocorreu no Brasil e em Portugal no século passado. Para o presidente, o prêmio é uma resposta à censura.”

Na verve irônica, firmada no uso estético da palavra, que Chico sabe bem dela cuidar, assim conclui o seu histórico discurso: “Valeu a pena esperar por esta cerimônia, marcada não por acaso para a véspera do dia em os portugueses descem a Avenida da Liberdade a festejar a Revolução dos Cravos. Lá se vão quatro anos que meu prêmio foi anunciado e eu já me perguntava se me haviam esquecido, ou, quem sabe, se prêmios também são perecíveis, têm prazo de validade. Quatro anos, com uma pandemia no meio, davam às vezes a impressão de que um tempo bem mais longo havia transcorrido. No que se refere ao meu país, quatro anos de um governo funesto duraram uma eternidade, porque foi um tempo em que o tempo parecia andar para trás. Aquele governo foi derrotado nas urnas, mas nem por isso podemos nos distrair, pois a ameaça fascista persiste, no Brasil como um pouco por toda parte.

Hoje, porém, nesta tarde de celebração, reconforta-me lembrar que o ex-presidente teve a rara fineza de não sujar o diploma do meu Prêmio Camões, deixando seu espaço em branco para a assinatura do nosso presidente Lula. Recebo este prêmio menos como uma honraria pessoal, e mais como um desagravo a tantos autores e artistas brasileiros humilhados e ofendidos nesses últimos anos de estupidez e obscurantismo.” Isso é mais que o bastante. Como já o disse: Chico é Chico, além de Buarque de Holanda.

EDITORIAL

Na fila do transplante, 50 mil brasileiros

Cerca de 50 mil brasileiros estão na fila por um transplante, segundo a Associação Brasileira de Transplante de Órgãos (ABTO). Os pacientes dependem deste gesto de solidariedade e de humanidade para prorrogar o tempo de vida. Em contrapartida, no ano passado, mais de 45% dos familiares não autorizaram a retirada de órgãos do ente querido que foi a óbito, conforme os dados do Ministério da Saúde. No Distrito Federal, quase 700 pessoas aguardam por um transplante para recuperar a saúde, a maioria delas por problemas renais. Em Minas Gerais, na fila estão 6.280 doentes — 378 casos a mais do que em 2022.

Para alguns especialistas, a ausência de campanhas de esclarecimento é o que motiva a rejeição dos familiares à possibilidade de doar os órgãos do parente morto. Diante da alta demanda, em 27 de setembro último, o Ministério da Saúde lançou uma campanha para sensibilizar os brasileiros a manifestarem o desejo de doação de órgãos e também as famílias ante a morte de parente querido, apesar da dor e do sofrimento causado por essa perda.

O Dia Nacional de Transplante de Órgãos e Pele, 27 de setembro, foi instituído em 2007, pela Lei nº 11.584, a fim de conscientizar a sociedade sobre a importância desse gesto e deu a cor verde a setembro e à campanha, que deve ser intensificada nesse período do ano. Mas é a Lei nº 9.434, de 4 de fevereiro de 1997, que dispõe sobre a remoção de órgãos, tecidos e partes do corpo humano para fins de transplante e tratamento. Impõe regras, exige a autorização dos familiares ou a manifestação por escrito ou oral do doador quando em vida. A lei estabelece ainda sanções penais a quem remover órgãos sem consentimento dos parentes.

PUBLICIDADE

A legislação brasileira normatiza cada etapa do procedimento da coleta de órgãos. Não há possibilidade de desfiguração do morto. Pelo contrário, a intervenção ocorre de modo que a aparência da pessoa seja preservada. A preocupação é evitar que os familiares guardem a lembrança do doador, como sempre o viram enquanto em vida. Há parentes que recorrem a argumentos religiosos para negar a doação de órgãos. Porém, nenhuma denominação de fé é contrária ao procedimento, quando a vida está ameaçada. No país, o sistema nacional de transplantes inclui 648 hospitais, 1.253 serviços e 1.664 equipes de transplantes habilitados.

Se os pacientes que dependem de um transplante sofrem com a espera por doadores, os que foram transplantados enfrentam dificuldades de acesso aos medicamentos que devem ser fornecidos pela farmácia de alto custo, necessários para preservar o êxito da cirurgia. A crise no fornecimento de remédios para os transplantados deveu-se ao corte de 59% no orçamento da Farmácia Popular no ano passado. Cerca 44% dos pacientes não conseguiram tomar a medicação indicada, que é produzida pelos laboratórios brasileiros. A restrição orçamentária afetou o ritmo de produção de fármacos indispensáveis aos que foram operados.

Ante o drama de milhares de brasileiros que precisam de órgãos, impõe-se que a campanha seja tão frequente quanto a da vacinação, com explicações claras sobre os benefícios aos que estão doentes. Ambas recomendações contribuem para prolongar a vida de todos. É essencial que os familiares sejam esclarecidos e entendam que a perda da pessoa querida pode salvar até oito outras pessoas. Ao mesmo tempo, cabe ao poder público garantir os meios indispensáveis para os pacientes que receberam o transplante sigam vivendo normalmente. A vida é um bem supremo, por que não colaborar para adiar o inexorável momento da sua finitude?

O IMPARCIAL

EMPRESA PACOTILHA SA

Rua Assis Chateaubriand, 01 - Renascença II
São Luís - Maranhão - CEP 65075-670

Pedro Freire
Diretor-Presidente
pedrofriere@oimparcial.com.br

Raimundo Borges
Diretor de Redação
borges@oimparcial.com.br

Patrícia Freire
Gerente Financeira
patriciafreire@oimparcial.com.br

Celio Sergio
Superintendente de Produção
celiosergio@oimparcial.com.br

São Luís, sexta-feira, 5 de maio de 2023

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA

MP institui programa "Casa Esperança"

Iracema Vale participou do ato de assinatura de programa inédito de desenvolvimento humano no Maranhão, baseado nas teorias de Prêmio Nobel de Economia (2000)

A presidente da Assembleia Legislativa do Maranhão, deputada Iracema Vale (PSB), participou, na manhã desta quinta-feira (4), no Salão de Atos do Palácio dos Leões, da cerimônia de assinatura da Medida Provisória que institui o programa 'Casa Esperança', a ser implantado pelo Governo do Estado por intermédio da Secretaria de Desenvolvimento Econômico e Programas Estratégicos (Sedepe).

Acompanhada dos deputados Roberto Costa (MDB) e Júnior Cascaria (Podemos), a parlamentar manifestou apoio à iniciativa. "A Assembleia é uma casa plural, mas posso assegurar que esta Medida Provisória será aprovada pelos deputados e deputadas, dado o elevado alcance social deste programa. Desde já, manifestamos nosso apoio", frisou. Ao assinar o texto da MP, o governador Carlos Brandão explicou que 'Casa Esperança' é um programa inédito de desenvolvimento humano no Maranhão, baseado nas teorias do economista James

Heckman, Prêmio Nobel de Economia (2000), que vai criar espaços públicos onde serão disponibilizados serviços especializados e multidisciplinares de atenção integral a crianças na primeira infância (0 a 5 anos e 11 meses de idade) e assistência às gestantes, assim como de seus núcleos familiares. "Este programa, inspirado no tripé saúde, renda e educação, é fruto de um projeto extremamente sensível e humanitário que, com certeza, vai mudar o Maranhão. Por isso, espero contar com o apoio do nosso Poder Legislativo e de toda a classe política", afirmou Carlos Brandão.

Logo no início da cerimônia, o secretário de Estado de Desenvolvimento Econômico e Programas Estratégicos, José Reinaldo Tavares, fez uma explanação do programa "Ele será a redenção social do Maranhão. E com um nível de excelência e de monitoramento que precisamos ter para mudar a realidade de crianças e, conseqüentemente, a realidade maranhense. Para isso, buscamos o que

existe de melhor para fundamentar e dar substância a ele", declarou José Reinaldo durante a cerimônia, que contou também com a presença de secretários e representantes de entidades da iniciativa privada.

De acordo com o texto da Medida Provisória, o atendimento será voltado, sobretudo, às crianças e gestantes em condição social de carência ou risco social. Com o 'Casa Esperança', o Governo do Maranhão espera propiciar às crianças o fortalecimento dos processos de aprendizagem e interação; qualidade de vida junto às famílias; desenvolvimento econômico com redução de custos sociais, além da promoção da qualidade na execução das atividades para o desenvolvimento da primeira infância.

A partir dessa iniciativa, as gestantes serão assistidas com atenção integral e humanizada, com prevenção da mortalidade materna e infantil. Além da saúde, as mães terão ainda apoio nas áreas da qualificação profissional, cultura e lazer.

CÂMARA DE SÃO LUÍS

Secretário tenta esclarecer crise no transporte

O secretário Diego Rodrigues, titular da Secretaria Municipal de Trânsito e Transportes (SMTT) esteve, na última quarta-feira (3), na Câmara Municipal de São Luís, por mais de duas horas, para prestar esclarecimentos sobre a crise no setor.

A convocação foi realizada através de requerimento de autoria do vereador Álvaro Pires (PMN). Ao abrir os trabalhos, o presidente da Câmara, Paulo Victor (PCdoB), explicou que era uma prerrogativa da Casa convocar secretários para explicar a situação que envolvam suas pastas. "Antes de iniciar essa didática legislativa, eu gostaria de deixar registrado nos anais desta Casa, que os 405 anos de Poder Legislativo Municipal e de participação popular, nunca será jogado fora. Esteja eu aqui nesta quadra ou em outro momento, os 405 anos de fundação desta Casa sempre prevalecerá pelo bem da população", declarou.

"R\$ 30 mi para nada"

Para buscar uma saída para resolver a crise, um montante de quase R\$ 30 milhões foi repassado pela prefeitura às empresas concessionárias visando suprir a defasagem do sistema. No entanto, segundo alguns parlamentares, os vultuosos valores não conseguiram solucionar a melhoria na qualidade da prestação do serviço.

Autor do pedido de convocação, o vereador Álvaro Pires abriu a audiência questionando a auditoria no sistema tarifário do transporte público. Segundo o parlamentar, a apresentação do relatório que balizou o reajuste na tarifa paga pelos usuários e os valores de compensação financeira que serve

para equilibrar o déficit do sistema. "Infelizmente o secretário diz que não tem condições técnicas ainda para repassar essas informações, mas essa Casa precisa ter acesso ao relatório de auditoria feito pela empresa Planum que serviu para aumentar a passagem de ônibus pela segunda vez em nossa cidade", disse.

Em seu pronunciamento, o vereador sugeriu a realização de uma diligência da Casa até a SMTT para que o órgão possa fornecer o documento. "O contrato de licitação prevê a realização de auditoria para conhecer a realidade do sistema. A auditoria foi feita, mas o órgão sonega essa informação que contribuiu para balizar o reajuste da passagem e serve de parâmetro para os repasses de subsídios", afirmou.

"A culpa é de Braide"

Em sua participação, o co-vereador Jonathan Soares, do Coletivo Nós (PT), lembrou que não adianta o prefeito ou seus aliados tentarem culpar os empresários pelo caos e afirmou que a crise no setor é culpa da própria gestão municipal. "A Constituição e a Lei Orgânica falam que a responsabilidade pelo transporte público é do Poder Executivo municipal. Ou seja, não são os empresários que são responsáveis pela gestão do transporte, mas o próprio prefeito", declarou o parlamentar.

Perguntas, sem repostas

No encontro, o vereador Octávio Soeiro (Podemos) lembrou que foram muitos questionamentos técnicos relacionados a números, planilhas, va-

lores sobre acordos firmados entre prefeitura e empresários, mas muitas destas informações ficaram inconclusas. "A gente segue batendo na mesma tecla em achar que o problema do transporte público não tem definição e nem solução", frisou.

Sem competência técnica

Na opinião do vereador Nato Júnior, o secretário Diego Rodrigues comprovou que não tem a devida competência para ocupar a pasta e lembrou que o próprio titular da SMTT deixou isso claro durante sua tentativa de esclarecer a crise no transporte. "O desempenho da participação do secretário nesta Casa aconteceu da mesma forma que nós imaginávamos: ele não tem competência para exercer a pasta e deixou isso muito bem claro, pois afirmou que ainda está em um período de aprendizado", afirmou.

Relatório de irregularidades

Ao concluir sua participação, o vereador pedetista afirmou que realizou uma vistoria nos ônibus que atendem linhas no polo Coroadinho e constatou uma série de irregularidades como coletivos com idade acima dos 10 anos e veículos circulando sem ar condicionado. "Vamos protocolar esse relatório na SMTT com pedidos de providências. A conclusão que chegamos é que o prefeito é responsável pelo caos. Ele prometeu endurecer o jogo com os empresários, mas sete dias depois resolve pactuar novo acordo com repasses de subsídios, mesmo com a persistência da precariedade do serviço", concluiu.

BASTIDORES

Raimundo Borges
bastidores@oimparcial.com.br



Cidadania revigorada

Levar o Poder Legislativo para perto da população do interior, que elege os deputados, é uma iniciativa plausível que precisa ser reforçada e aprimorada a cada itinerância, como a que acontece nesta sexta-feira, em Caxias. A população precisa conhecer os seus representantes legislativos não apenas em época de campanha eleitoral, como a história tem registrado. É fundamental que o eleitor de qualquer parte tome consciência do valor do mandato eletivo, do seu verdadeiro significado para a saúde da democracia e para a valorização da cidadania no seu contexto pleno da política. Ao deslocar a Assembleia Legislativa para os municípios, a presidente Iracema Vale (PSB) está levando uma mensagem a ser passada aos eleitores. A de que são eles os donos dessa representação. Portanto, cabe-lhes cobrança justa contundente. Por sua vez, os deputados têm a oportunidade de não apenas fazer discursos, muitas das vezes desconectados dos interesses objetivos da população, mas, principalmente, mostrar que são capazes de realizar um mandato atento ao interesse maior dos representados do interior. Por esta razão, a itinerância deve se transformar numa rotina de prestação de contas e de ouvidoria do clamor de quem tem muito a dizer.

Já se foi o tempo em que as leis eram feitas por burocratas em gabinetes fechados sem ouvir os interessados. Não sem motivo, incontáveis projetos são transformados em leis, com custos elevados de dinheiro público e nenhuma utilidade prática. São as velhas conhecidas "leis que não pegam". Não pegam porque não têm conexão com a realidade de cada município e do conjunto da sociedade maranhense. Como este ano não acontecerá eleição, os parlamentares precisam aproveitar para se aproximar da população, prestar conta do que fazem e aprender o que importa para a missão de legisladores. Mandato é antes de tudo, uma autorização para o mandatário praticar determinadas ações em nome dos outros. Os "outros" são os eleitores que representam a população em geral. O eleito, portanto, é um "inquilino" da vontade popular. Ele detém o poder que alguém lhe conferiu para, como espécie de procurador, agir em seu nome. Tal delegação é usada, em termos políticos, para designar os poderes conferidos aos mandatários que representam os cidadãos durante um período determinado. Significa que a delegação em forma de mandato é uma carga de responsabilidade e de entrega. Em Caxias, onde a Assembleia Legislativa repete o que fez em fevereiro em Imperatriz, tem a oportunidade de mostrar o que faz, assim como recolher subsídios para sua atividade de poder legislador. Principalmente, agora, sobre o avanço da atividade agrícola em larga escala, com descontrolada devastação ambiental. As chapadas ao redor de Caxias, na direção de Coelho Neto e nas margens do Itapecuru estão sob imensa pressão na flora, fauna, rios e brejos, pelos desmatamentos do agro, centrado na soja, no milho e no algodão. Em vários pontos do município, essa ação já causa tensão social com moradores das áreas afetadas.

Aprendizes de feiticeiro (1)

O chamado "gabinete do ódio", instalado no Planalto durante o governo de Jair Bolsonaro, só aprendeu mesmo fazer maldade com adversários. Errou feio na fraude da vacinação do "mito" da Cloroquina e, mais ainda, na tentativa de golpe no 8/1.

Aprendizes de feiticeiro (2)

No caso do cartão da vacina, que Bolsonaro nega ter mandado fraudar, ficou pista para todos os lados – agora rastreadas. No caso do golpe de estado, os próprios golpistas produziram uma carrada de provas que levaram centenas deles à prisão.

Ação no paiol

No dia seguinte à operação contra as fraudes nos cartões de vacinação da Covid-19, a Polícia Federal amanheceu ontem em batida, com apreensão e prisão nos CACs (caçadores, atiradores e colecionadores), muitos deles, paíóis de armamentos ilegais.

São Luís, sexta-feira, 5 de maio de 2023

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021
(Valores em Reais Mil)

ATIVO	Notas Explicativas	31/12/2022	31/12/2021
Caixa e equivalentes de caixa	4	60.441	81.826
Contas a receber de clientes	5	1.686.596	1.486.715
Estoques	6	6.286	7.527
Impostos a recuperar	7	5.022	4.136
Outros créditos a receber	8	308	67
Total do ativo circulante		1.758.653	1.580.271
NÃO CIRCULANTE			
Realizável a longo prazo			
Contas a receber de clientes	5	26.135	20.511
Bloqueios judiciais	9	2.565	1.742
Outros créditos a receber	8	466	466
Investimentos		1	1
Imobilizado	10	1.429.526	1.414.384
Intangível		1.189	1.189
Total do ativo não circulante		1.459.882	1.438.293
TOTAL DO ATIVO		3.218.535	3.018.564

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Notas Explicativas	31/12/2022	31/12/2021
CIRCULANTE			
Fornecedores e empreiteiros	11	106.659	93.673
Impostos e contribuições	12	1.542.764	1.453.562
Provisões		23.840	22.413
Contrato de repasse de recursos - PAC	13	475.785	471.148
Convênios	14	13.386	13.386
Empréstimos e Financiamentos	15	-	2.945
Outras contas a pagar	16	1.698	9.948
Total do passivo circulante		116.792	44.166
NÃO CIRCULANTE			
Impostos e contribuições	12	491	1.079
Provisão para contingências	17	116.301	43.087
Total do passivo não circulante		116.792	44.166

PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Notas Explicativas	31/12/2022	31/12/2021
Capital social	18.1	2.249.482	2.249.482
Adiantamento para aumento de capital	18.2	158.168	11.460
Ajustes de avaliação patrimonial		67.125	67.125
Prejuízos acumulados		(1.537.164)	(1.420.744)
Total do patrimônio líquido		937.611	907.323
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		3.218.535	3.018.564

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021
(Valores em Reais Mil)

		2022	2021
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	19	497.299	500.203
CUSTO DOS SERVIÇOS PRESTADOS	20	(410.169)	(371.268)
LUCRO BRUTO		87.130	128.935
(DESPESAS) RECEITAS OPERACIONAIS			
Administrativas e gerais	21	(82.937)	(77.488)
Comerciais	22	(38.157)	(38.877)
Tributárias	23	(284)	(220)
Outras receitas (despesas) operacionais líquidas	24	43.623	65.555
		(77.756)	(51.030)
Lucro (Prejuízo) Operacional antes do Resultado Financeiro		9.374	77.905

RESULTADO FINANCEIRO			
Receitas financeiras	25	15.345	9.473
Despesas financeiras	26	(141.139)	(103.657)
		(125.794)	(94.184)

RESULTADO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E CSLL			
Provisão para Imposto de Renda	30	-	-
Provisão para CSLL	30	-	-

PREJUÍZO DO EXERCÍCIO		2022	2021
		(116.420)	(16.279)
PREJUÍZO POR AÇÃO NO FINAL DO EXERCÍCIO – R\$		(0,052)	(0,007)

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021
(Valores em Reais Mil)

	2022	2021
PREJUÍZO DO EXERCÍCIO	(116.420)	(16.279)
Ajustes de avaliação patrimonial	-	-
RESULTADO ABRANGENTE	(116.420)	(16.279)

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021

	Nota Explicativa	Autorizado	Subscrito e Integralizado
Saldos em 31 de dezembro de 2020		2.500.000	1.992.975
Integralização de capital			256.506
Adiantamentos para aumento de capital	18.2	-	-
Transferências governamentais - auxílios para obra		-	-
Ajustes de exercícios anteriores		-	-
Prejuízo do exercício		-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2021		2.500.000	2.249.482
Integralização de capital			-
Adiantamentos para aumento de capital	18.2	-	-
Transferências governamentais - auxílios para obra		-	-
Ajustes de exercícios anteriores		-	-
Prejuízo do exercício		-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2022		2.500.000	2.249.482

	Adiantamentos para Aumento de Capital	Ajustes de avaliação patrimonial	Reserva de capital
Saldos em 31 de dezembro de 2020	146.500	67.125	6.614
Integralização de capital	(249.892)	-	(6.614)
Adiantamentos para aumento de capital	114.264	-	-
Transferências governamentais - auxílios para obra	588	-	-
Ajustes de exercícios anteriores	-	-	-
Prejuízo do exercício	-	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2021	11.460	67.125	-

	Prejuízos acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2020	(1.402.746)	810.468
Integralização de capital	-	-
Adiantamentos para aumento de capital	146.573	-
Transferências governamentais - auxílios para obra	135	-
Ajustes de exercícios anteriores	-	-
Prejuízo do exercício	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2022	158.168	67.125

	Prejuízos acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2020	(1.402.746)	810.468
Integralização de capital	-	-
Adiantamentos para aumento de capital	-	114.264
Transferências governamentais - auxílios para obra	-	588
Ajustes de exercícios anteriores	(1.718)	(1.718)
Prejuízo do exercício	(16.279)	(16.279)
Saldos em 31 de dezembro de 2021	(1.420.744)	907.323
Integralização de capital	-	-
Adiantamentos para aumento de capital	-	146.573
Transferências governamentais - auxílios para obra	-	135
Ajustes de exercícios anteriores	-	-
Prejuízo do exercício	(116.420)	(116.420)
Saldos em 31 de dezembro de 2022	1.537.164)	937.611

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021

FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	2022	2021
Prejuízo do exercício	(116.420)	(16.279)
Ajustes para reconciliar o prejuízo do exercício com recursos Provenientes das atividades operacionais:		
Ajustes de Exercício anteriores		
Encargos financeiros da dívida tributária	127.515	86.530
Constituição/(reversão) da provisão para créditos de liquidação duvidosas	(1.576)	(1.061)
Constituição/(reversão)Provisão para contingências	73.214	(14.881)
Ganho ou Perda de investimentos	-	-
Encargos financeiros de Empréstimos e Financiamentos	-	28
Depreciação	24.696	25.305
	107.429	79.642
Aumento (redução) de ativos		
Contas a receber de clientes	(203.929)	(187.088)
Estoques	1.241	(1.043)
Impostos a recuperar	(886)	(906)
Outros créditos a receber	(241)	255
Bloqueios judiciais	(823)	993
	(204.638)	(187.789)
Aumentos (redução) de passivos		
Fornecedores e empreiteiros	12.986	3.356
Impostos e contribuições sociais	(38.901)	29.105
Provisões	1.427	895
Outras contas a pagar	(8.250)	(7.892)
	(32.738)	25.464
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	(129.948)	(82.683)

FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	2022	2021
Aquisição de bens do ativo imobilizado	(39.838)	(39.660)
Contratos de repasse de recursos - recebimentos	4.637	6.264
Caixa líquido utilizado pelas atividades de investimento	(35.201)	(33.396)

FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	2022	2021
Transferências governamentais - auxílios para obras	136	588
Ingresso de adiantamento para aumento de capital	146.573	114.264
Empréstimos e Financiamentos - Pagamento principal	(2.945)	(5.051)
Caixa líquido utilizado pelas atividades de financiamento	143.763	109.801
AUMENTO (REDUÇÃO) NAS DISPONIBILIDADES	(21.385)	(6.278)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	81.826	88.104
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	60.441	81.826
AUMENTO (REDUÇÃO) NAS DISPONIBILIDADES	(21.385)	(6.278)

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
Exercício findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Valores em milhares de reais)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

1.1. Constituição e Objeto Social

A Companhia de Saneamento Ambiental do Maranhão – CAEMA (“Companhia”) é uma sociedade por ações de capital fechado, em regime de economia mista, constituída por meio da Lei Estadual no 2.653, de 06 de junho de 1966, alterada pelas Leis nos 2.978, de 07 de julho de 1969, 3.886, de 03 de outubro de 1977, e 9.045, de 23 de outubro de 2009, com sede na cidade de São Luís (MA), na Rua Silva Jardim, no 307, Centro. A Companhia tem como seu acionista controlador o Governo do Estado do Maranhão, que detém 99,99% do capital social. A Companhia tem por objetivo social a promoção de saneamento no Estado do Maranhão, em especial, a exploração dos serviços públicos de abastecimento de água e esgotamento sanitários, em quaisquer comunidades do Estado, por intermédio de convênios e contratos com as correspondentes Administrações Municipais.

1.2. Concessão do Serviço Público de Saneamento Básico

A Companhia atua em 138 Municípios do Estado do Maranhão, em operações de abastecimento de água e/ou operações de esgotamentos sanitários, que apresentam a seguinte situação com relação aos Contratos de Concessão: 34 Sistemas Operados em Municípios cujos Contratos de Concessão se encontram vigentes em 31 de dezembro de 2022; 98 Sistemas Operados em Municípios com os Contratos de Concessão vencidos; 6 Sistemas Operados em Municípios sem os Contratos de Concessão, e dentro da totalidade 20 se encontram com faturamento suspenso. A Companhia não atua em 75 Municípios do Estado do Maranhão. Os Contratos de Concessão em vigência, firmados com os Municípios com atuação operacional da Companhia, possuem os seguintes vencimentos:

Contratos de Concessão ou Re-reatificações a vencer:	Quantidade de Contratos em 31/12/2022	Quantidade de Contratos em 31/12/2021
• Em 2022	2	2
• Em 2023	-	-
• Em 2024	7	7
• Em 2025	2	2
• Em 2026	4	4
• Em 2027	8	8
• Em 2028	4	4
• Em 2033	1	1
• Em 2039	1	1
• Em 2044	1	1
• Em 2047	3	3
• Em 2051	1	1
Total	34	34

Os contratos de concessão estabelecem que, ao final do prazo de concessão ou de prorrogação, todos os investimentos realizados pela Companhia serão indenizados pelos respectivos Municípios, quando então os bens que compõem os sistemas de abastecimento de água potável e/ou esgotamento sanitário serão revertidos em favor dos respectivos municípios.

São Luís, sexta-feira, 5 de maio de 2023

Município	Vencimento	Faturamento 2022	%
São Luís	14/02/2026	315.556	55,94%
Imperatriz	28/12/2051	71.381	12,65%
Coroatá	26/12/2044	8.819	1,56%
Itapecuru Mirim	25/03/2047	8.403	1,49%
Pedreiras	Contrato vencido	7.778	1,38%
Açailândia	Prazo indeterminado	7.368	1,31%
Santa Inês	Contrato vencido	7.204	1,28%
Barra do Corda	Contrato vencido	5.620	0,99%
Outros Municípios:			
A vencer		27.662	4,90%
Contrato vencido		101.862	18,06%
Sem contrato		2.458	0,44%
Total		564.111	100%

A Companhia designou a sua Assessoria de Regulação, Concessões e Métodos - PRR para elaborar estudos para consolidação e adequação jurídica das operações nos Municípios atendidos e proceder com as ações de adaptação da Companhia à Lei nº 14.026/2020 (Novo Marco Regulatório do Saneamento Básico).

O Novo Marco Regulatório do Saneamento básico inaugurou uma série de mudanças no setor, com maior impacto sentido pelas estatais responsáveis pelo abastecimento de água e saneamento básico. Dentre as novidades mais desafiadoras, encontram-se o estabelecimento de metas de universalização com critérios e prazos bem definidos; impedimento de celebração de novos contratos de programa ou de prorrogação dos contratos vigentes; incentivo à prestação regionalizada. Desta forma, dos 138 municípios operados pela CAEMA, atualmente 101 se encontram sob regência contratual irregular frente ao Novo Marco Regulatório. Diante do cenário, o Governo do Estado do Maranhão, por meio do Comitê de Estudos Sobre o Novo Marco Regulatório, integrado por várias secretarias ligadas ao tema, apresentou estudos técnicos para estruturação da Regionalização do Saneamento Básico no Estado. O projeto tramitou na ALEMA durante o ano de 2021, com a realização de consultas e audiências públicas, culminando na publicação da Lei Complementar nº 239/2021, que institui 4 (quatro) Microrregiões de Saneamento Básico no Maranhão para garantir a continuidade da prestação dos serviços de saneamento no território de estado com ganhos de escala, maior unidade de planejamento e sustentabilidade econômico-financeira.

Assim, resta facultado às autarquias microrregionais, na figura do seu Colegiado Microrregional, a transferência da operação do saneamento básico à entidade vinculada ao co-titular dos serviços, bem como autoriza a criação de subsidiárias da Companhia e a transferência do controle acionário destas para as autarquias microrregionais para fins de prestação direta dos serviços. Esclarece-se que, apesar de devidamente instituída a estrutura de prestação regionalizada, ainda resta pendente a sua implementação, com a instalação dos órgãos que compõem as respectivas estruturas de governança interfederativa.

Ocorre que, com o advento da nova gestão federal, a partir de 2023, prevê-se novas reformas no Novo Marco Regulatório do Saneamento, para pacificar questões como ampliação das possibilidades de modelagem na prestação de serviços e tratamento dos sistemas que se encontram sob contratos precários, com a instituição de regime de transição para um modelo regular de prestação de serviços.

Outrossim, a estrutura de regionalização proposta pela Lei Complementar nº 239/2021 demanda estudos econômicos mais aprofundados para garantir a sustentabilidade econômica da prestação dos serviços de saneamento, os quais estão sendo estruturados no âmbito do Governo do Estado do Maranhão.

Desta forma, o Poder Executivo Estadual, por meio da CAEMA, vem realizando exames e projeções para o integral atendimento à Lei nº 14.026/2020, com vistas não apenas à regularidade jurídica, mas incremento da sua eficiência e índices de atendimento, com expectativas de modelagem das soluções no ano de 2023, conforme calendário do governo federal.

1.3. Informações sobre aspectos relacionados ao pressuposto da continuidade operacional

A Companhia vem apresentando prejuízos contínuos, com aumento acentuado no exercício de 2022, haja vista que o prejuízo líquido apurado neste ano foi de R\$ 116.420 mil, antes R\$ 16.279 mil observado em 2021.

No intuito de manter as condições de operação da empresa, o Conselho de Administração da companhia aprovou no orçamento, para o exercício de 2023, recursos financeiros na ordem de R\$865.935.

Diante dos desafios da Lei nº 14.026/2020 (Novo Marco Legal do Saneamento Básico), seu regulamento, além de portarias decorrentes, a CAEMA tem de buscar o ajuste às exigências desse novo cenário legal, visando avanços na eficiência e na busca de alternativas inovadoras para se tornar competitiva no mercado que se abre para a iniciativa privada e exige o alcance de metas visando a universalização dos serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário.

Desta forma, considerando o atual cenário, é primordial que a CAEMA acompanhe os trâmites de revisão da legislação que rege o setor de saneamento básico, bem como a implantação da regionalização do saneamento básico por meio da Lei Complementar nº 239/2021, visando a adequação jurídico-institucional da Companhia para continuidade do atendimento aos municípios maranhenses, com segurança jurídica para os investimentos.

Para além da necessidade de adequação da Companhia, visando a sustentabilidade econômico-financeira, social e ambiental, cumpre destacar a Agenda 2030 com os seus 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), instituídos pela Organização das Nações Unidas (ONU). Dos 17 ODS, destaca-se o objetivo 6, representado por "Água potável e saneamento", qual seja: garantir disponibilidade e manejo sustentável da água e saneamento para todos, tendo como metas: 6.1 Até 2030, alcançar o acesso universal e equitativo a água e segurança para todos; e a meta 6.2 que trata do acesso ao esgotamento sanitário para todos.

Faz-se, portanto, adoção de medidas de melhoria da eficiência da CAEMA, por meio de ações operacionais, comerciais e de gestão, de forma a otimizar a prestação de serviços e aumentar a satisfação dos clientes. Dentre as principais ações estão:

- Implantação e modernização do Centro de Comando Operacional (CCO), buscando eficiência nos contratos de manutenção e melhor atendimento aos clientes, com eficiência em inovação e controle operacional;
- Implementação de setor para estruturação de soluções baseados em Sistema de Informações Geográficas, através do CAEMAGEO <https://arcgisportal.caema.ma.gov.br/arcgis/home/index.html>, pela Coordenadoria de Geoprocessamento e Análises Espaciais (GTING), setor responsável pela gestão, suporte, análise, institucionalização e evolução dos processos que tangem os dados georreferenciados de benfeitorias e instalações da CAEMA em todo o território maranhense;
- Atualização do Cadastro Comercial e do Cadastro Técnico com as técnicas de georreferenciamento, visando a melhoria contínua quanto ao faturamento e eficácia na arrecadação;
- Consolidação e ampliação do faturamento com emissão imediata de conta, para eliminar retrabalho na digitação e aumentar a confiabilidade do faturamento e potencial aumento na arrecadação;
- Desenvolvimento de projeto estratégico de combate às perdas de distribuição e de faturamento, através de diversas ações simultâneas de controle e combate à fraude e visando a diminuição da intermitência no abastecimento de São Luís;
- Implantação e melhoria contínua do atendimento por Call Center, de forma a garantir melhor atendimento ao cliente e resolução de problemas, e consequentemente melhorando a arrecadação;
- Mapeamento e valoração dos imóveis da Companhia, por meio de levantamento patrimonial e avaliação dos imóveis;
- Esforço na finalização das obras em andamento, em especial as oriundas do PAC I e II, dentro do prazo do contrato, e até o final da gestão vigente;
- Estabelecimento de referenciais através do Banco de Preços para garantir maior assertividade nos orçamentos das contratações;
- Monitorar a execução dos contratos de escopo e de serviços contínuos por meio de sistemas de controle e inovação dos setores envolvidos;
- Monitorar as solicitações comerciais, através de dispositivos digitais e de sistema mobile, objetivando melhorar a agilidade no atendimento, aumentando a satisfação dos clientes;
- Desenvolvimento de projetos de melhoria da Imagem da Companhia frente aos clientes;
- Atualização e criação de Normas e procedimentos mais eficazes no atendimento das demandas internas e externas;
- Realização de pesquisas e estudos técnicos para adequação dos modelos organizacionais e de gestão da CAEMA, voltados para a elevação da sua capacidade institucional.
- Implantação de Sistema de Controle e Eficiência da Gestão Socioambiental, de forma a garantir a mitigação de impactos e perdas em âmbito social, ambiental e econômico para a Companhia, e consequentemente, para a sociedade;
- Otimização e melhor eficiência da gestão dos recursos por meio do acompanhamento de Balanço Orçamentário e Financeiro;
- Acompanhamento e controle efetivo dos resultados das metas estabelecidas no Planejamento

to Estratégico às diretrizes executivas;

• Cumprimento de requisitos das legislações vigentes, como a Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD) entre outras;

• Promoção de ações de redução de Contas a Receber, por programa de redução de dívidas, junto ao Governo do Estado;

• Desenvolvimento de convênios com instituições públicas e privadas para o desenvolvimento de soluções para melhoria dos processos e da gestão.

A administração da Companhia considera que os recursos financeiros orçados pelo Estado do Maranhão, para o exercício de 2023, além da arrecadação das receitas operacionais decorrentes do fornecimento de água e esgotamento sanitário, serão suficientes para a manutenção e continuidade normais das atividades operacionais da Companhia.

1.4. Programa Viva Água

Por intermédio do Artigo 14-G da Lei nº 8.205, de 22 de dezembro de 2004, com redação alterada pela Lei nº 9.085, de 16 de dezembro de 2009, foi instituído o Programa Viva Água, que consiste na isenção do pagamento, por parte dos consumidores considerados de baixa renda, da fatura de água e esgoto sanitário das suas unidades residenciais, que apresentam consumo mensal de até 25 m³, conforme estabelecido no artigo 84 do Decreto Estadual nº 11.060/89. O Estado do Maranhão, por intermédio da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social – Sedes vem readequando o programa junto a companhia para melhor atender essa população.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

2.1. Base de preparação das demonstrações financeiras

As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com observância as disposições da Lei das Sociedades por Ações, Lei nº 6.404/76, de 15 de dezembro de 1976, a qual foi modificada pelas Leis nº 11.638, de 28 de dezembro de 2007, e pela Medida Provisória nº 449, de 03 de dezembro de 2008, transformada na Lei nº 11.941, de 27 de maio de 2009, e consoante as práticas contábeis descritas na Nota Explicativa no 3, sem considerar, entretanto, todas as modificações introduzidas pelos Pronunciamentos, Interpretações, Orientações e Resoluções vigentes a partir de 2010 em diante, conforme descrito no item 2.2 a seguir.

2.2. Não adoção pela Companhia das novas práticas contábeis brasileiras

A Contabilidade da Companhia não procedeu ainda à adequação integral das suas práticas contábeis aos novos critérios introduzidos pelos Pronunciamentos, Interpretações e Orientações, emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC, aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade – CFC, com vigência obrigatória a partir do exercício de 2010 em diante, que modificaram critérios de avaliação, classificação contábil e divulgação de ativos, passivos e resultados.

Dessa forma, as demonstrações contábeis relativas aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 não refletem integralmente as políticas contábeis dispostas nas Normas Brasileiras de Contabilidade, por meio dos seus Pronunciamentos, Interpretações e Orientações.

Também não foram ainda determinados os efeitos contábeis, nos saldos das contas patrimoniais e de resultado, das apresentadas nas demonstrações contábeis dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021, da Companhia, caso fossem procedidas às modificações das práticas contábeis, conforme requerido pelas novas disposições da legislação societária brasileira.

Contudo, de acordo com uma avaliação preliminar, a Administração da Companhia entende que os efeitos relevantes da adoção das novas práticas contábeis estão relacionados, principalmente, com a adoção da Interpretação Técnica ICPC 01(R1) - Contratos de Concessão e do Pronunciamento Técnico CPC 27 - Ativo Imobilizado do Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC.

Atualmente a Companhia contratou consultoria especializada para orientar os procedimentos e avaliar os controles requeridos para a plena convergência aos padrões internacionais. A citada convergência é importante para a Companhia melhorar a qualidade das informações divulgadas; tornar as demonstrações contábeis mais transparentes, compreensíveis e uniformes com as demais empresas do setor, possibilitando a comparabilidade das informações; e viabilizar a captação de investimentos diretos, nacionais e/ou estrangeiros.

2.3. Base de Mensuração

As demonstrações contábeis foram preparadas com base no custo histórico, exceto se indicado de outra forma.

2.4. Uso de Estimativas Contábeis

A preparação das demonstrações contábeis requer que a administração da Companhia efetue estimativas e premissas, baseadas em fatores objetivos e subjetivos, que afetam os montantes apresentados nas demonstrações contábeis. Os principais valores estimados correspondem os seguintes: avaliação de instrumentos financeiros, provisão para devedores duvidosos, depreciação do imobilizado, provisão para contingências. A liquidação das transações que envolvem essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações contábeis devido às imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A administração da Companhia revisa as estimativas e premissas de forma anual.

2.5. Moeda Funcional e Moeda de Apresentação

Estas demonstrações contábeis são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras apresentadas em Reais foram arredondadas para a milhar mais próxima, exceto quando indicado de outra forma.

2.6. Aprovação das Demonstrações Contábeis

A diretoria executiva da Companhia autorizou a conclusão da elaboração das demonstrações contábeis relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022 em 31 de março de 2023.

3. SUMÁRIO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As principais práticas contábeis adotadas na elaboração das demonstrações contábeis estão a seguir, relacionadas:

3.1. Ativo circulante e não circulante

✓ Caixa e Equivalentes de Caixa

Incluem o caixa, os depósitos bancários e as aplicações financeiras que são demonstradas ao custo, acrescidos dos rendimentos auferidos de acordo com as taxas pactuadas com as instituições financeiras, calculadas pró rata die e apropriadas mensalmente. Uma aplicação financeira se qualifica como equivalente de caixa quando possui características de conversibilidade imediata com o próprio emissor em um montante conhecido de caixa e não está sujeita a risco de mudança significativa de valor.

✓ Contas a Receber de Clientes

O valor contabilizado neste grupo inclui as receitas de serviços decorrentes da distribuição de água e tratamento de esgoto sanitário e demais serviços correlatos medidos e faturados, ainda não recebidos.

O saldo da rubrica Contas a Receber de Clientes incluem os serviços efetivamente prestados (medidos) e faturados, ainda não recebidos até 31 de dezembro de 2022 e 2021.

A provisão para crédito de liquidação duvidosa foi constituída de acordo com a metodologia adotada pelo Decreto Lei 9.580/18, que regulamenta a tributação, a fiscalização, a arrecadação e a administração do imposto sobre a renda e proventos de qualquer natureza. De acordo com os normativos contábeis vigentes, a metodologia correta para a mensuração e apresentação societária destas perdas é a contida no CPC 48 – Instrumentos Financeiros. A CAEMA irá realizar a adoção deste Pronunciamento no exercício de 2023. Ressalta-se, porém, que os cálculos relativos à mudança desta política já foram efetuados pela Companhia e os valores estimados para as perdas, caso a aplicação fosse realizada no exercício de 2022 são os seguintes:

Provisão para créditos de liquidação duvidosa					
Vencimento	Residencial	Comercial	Industrial	Público	Total
A VENCER	85.506.717	7.111.392	85.526	4.567.731	97.271.366
02 - ATÉ 5 DIAS DE ATRASO	6.266.457	631.455	21.349	4.764.884	11.684.145
03 - ATÉ 15 DIAS DE ATRASO	2.867.607	687.727	6.094	1.051.875	4.613.303
04 - ATÉ 30 DIAS DE ATRASO	7.237.188	1.238.958	7.071	2.657.008	11.140.225
05 - ATÉ 60 DIAS DE ATRASO	11.008.575	1.959.590	23.114	3.658.403	16.649.682
06 - ATÉ 90 DIAS DE ATRASO	9.167.463	1.678.742	22.199	2.938.382	13.806.786
07 - ATÉ 180 DIAS DE ATRASO	25.106.422	5.331.547	46.085	3.530.361	34.014.415
08 - ATÉ 365 DIAS DE ATRASO	41.395.439	9.398.401	82.042	2.860.038	53.735.920
09 - ATÉ 5 ANOS DE ATRASO	259.110.256	59.109.980	460.068	16.107.640	334.787.944
10 - ATÉ 10 ANOS DE ATRASO	158.709.528	41.520.448	-	47.821	200.277.797
Total	606.375.652	128.668.240	753.548	42.184.144	777.981.583

✓ Estoques

Os estoques são formados principalmente por materiais de operação e manutenção das redes de água e esgoto, bem como de materiais de tratamento químico utilizados na prestação de serviço de coleta e distribuição de água e tratamento do esgoto sanitário, os quais são registrados no Ativo Circulante por seus custos médios de aquisição que não excedem seus custos de reposição ou de realização.

✓ Demais ativos circulantes e não circulantes

Os ativos circulantes e não circulantes, quando aplicável, estão atualizados e reduzidos, mediante provisão, aos seus valores prováveis de realização.

✓ Investimento

Os ativos circulantes e não circulantes, quando aplicável, estão atualizados e reduzidos, mediante provisão, aos seus valores prováveis de realização.

✓ Imobilizado

Está demonstrado ao custo corrigido monetariamente até 31 de dezembro de 1995, acrescido das adições ocorridas a partir de 1º de janeiro de 1996, que estão registradas pelo valor original, e deduzido da depreciação acumulada, calculada pelo método linear às taxas evidenciadas na Nota Explicativa no 10.

A Companhia não procedeu ao teste de recuperabilidade (Impairment Test) do seu ativo imobilizado, previsto nas práticas contábeis emanadas da Lei das Sociedades por Ações, conforme Art. 183, Inciso VIII, § 3 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, modificado pelo Art. 1º da Lei nº 11.638, de 28 de dezembro de 2007, tendo por objetivo avaliar a necessidade de constituição de provisão para cobrir perdas de valor do capital aplicado na aquisição de bens bem como o CPC 01(R1), o qual trata da Redução ao Valor Recuperável do Ativos. Vide Nota Explicativa no 10.

✓ Intangível

O ativo intangível, representado pelos custos com direitos de uso de softwares, está demonstrado ao valor de custo e não vem sendo amortizado devido a não possuir vida útil definida.

3.2. Passivos circulante e não circulante

A diretoria executiva da Companhia autorizou a conclusão da elaboração das demonstrações contábeis relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022 em 31 de março de 2023.

✓ Fornecedores

Os fornecedores são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, no momento do recebimento dos recursos, líquidos dos custos de transação. Em seguida, são apresentados pelo custo amortizado. Compreendem as obrigações junto a fornecedores de matérias-primas, mercadorias e outros materiais utilizados nas atividades operacionais da entidade, bem como as obrigações decorrentes do fornecimento de utilidades e da prestação de serviços, tais como energia elétrica, água, telefone, alugueis e todas as outras contas a pagar com vencimento no curto prazo.

✓ Imposto de Renda e Contribuição Social

A provisão para o Imposto de Renda (IRPJ) é calculada considerando à alíquota de 15% sobre o Lucro Real, acrescido do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente a R\$ 240 mil por ano. A Contribuição Social Lucro Líquido (CSLL) é calculada à alíquota de 9% sobre o lucro antes do imposto de renda, ajustado na forma da legislação vigente. A compensação de prejuízos fiscais e de base negativa de contribuição social, quando aplicável, está limitada a 30% do lucro tributável. Vide Nota Explicativa no 30.

✓ Empréstimos e Financiamentos:

Os empréstimos e financiamentos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, no momento do recebimento dos recursos, líquidos dos custos de transação. Em seguida, são apresentados pelo custo amortizado.

✓ Provisão para contingências

A Companhia registra provisões quando a Administração, suportada por opinião de seus assessores jurídicos, entende que existem probabilidades de perdas prováveis em certos processos judiciais que surgem no curso normal de seus negócios.

A Companhia é parte integrante em diversos processos judiciais no âmbito trabalhista, tributário, cível e ambiental, que surgem no curso normal de suas atividades. São constituídas provisões para as contingências conhecidas e calculáveis na data dos balanços patrimoniais quando há riscos prováveis de perda nos desfechos dos citados processos judiciais, segundo avaliação da Administração e dos Assessores Jurídicos Internos e Externos da Companhia. Vide Nota Explicativa no 17.

✓ Demais passivos circulantes e não circulante

Demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridos.

✓ Transações com Partes Relacionadas

A Companhia realiza transações comerciais com diversas partes relacionadas, destacando-se o Estado do Maranhão e seus órgãos, conforme demonstrado na Nota Explicativa no 27.

3.3. Apuração do resultado

✓ O resultado é apurado pelo regime de competência do exercício.

✓ As receitas provenientes do fornecimento de água e serviços de coleta e tratamento de esgotos sanitários são contabilizadas quando efetivamente faturadas, não incluindo, portanto, as receitas não faturadas de serviços prestados até a data do encerramento do exercício.

3.4. Créditos fiscais

A Companhia possuía em 31 de dezembro de 2022 créditos fiscais decorrentes de prejuízos fiscais acumulados do Imposto de Renda (IRPJ) e de base de cálculo negativa da contribuição social (CSLL).

A utilização destes créditos fiscais está limitada ao valor correspondente a 30% dos valores tributáveis em cada período base de apuração, sem prazo de prescrição, os quais não se encontram reconhecidos contabilmente, no ativo não circulante (Créditos fiscais diferidos), no montante correspondente ao percentual de 15%, acrescido do adicional de 10%, para o Imposto de Renda, e de 9% para a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido, aplicados sobre os saldos dos prejuízos fiscais e da base de cálculo negativa da CSLL.

São Luís, sexta-feira, 5 de maio de 2023

Conforme mencionado na Nota Explicativa No 12, letra b, a Companhia aderiu ao Programa Especial de Regularização Tributária (PERT) em 26 de setembro de 2017, possibilitando a utilização de créditos fiscais correspondente a 25% do montante do prejuízo fiscal e 9% sobre a base de cálculo negativa da CSLL até 31 de dezembro de 2015. Por ocasião da consolidação deste parcelamento pela Receita Federal do Brasil – RFB, foi registrado contabilmente a compensação de 80% dos débitos tributários incluídos no PERT, no valor estimado de R\$ 32.864, com a utilização dos créditos de prejuízos fiscais e base de cálculo negativa da CSLL.

4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Apresenta a seguinte composição:

	31/12/2022	31/12/2021 (Reclassificado)
Caixa		
- Fundo rotativo	37	73
Bancos		
- Contas movimentadas	1.737	1.740
- Contas de arrecadação	765	1.010
- Contas vinculadas a convênios	326	160
- Contas caução	25	25
- Arrecadação a depositar	(1.549)	(324)
	1.304	2.611
Aplicações financeiras (a)		
- Contas vinculadas a convênios	58.356	61.221
- Contas movimentadas e arrecadação	744	17.921
	59.100	79.142
Total	60.441	81.826

(a) Aplicações financeiras em Caderneta de Poupança.

5. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES

Apresenta a seguinte composição:

	31/12/2022	31/12/2021
Particulares	1.608.950	1.444.564
Órgãos públicos	220.470	182.957
Parcelamentos de particulares	46.707	36.109
Parcelamentos de órgãos públicos	4.918	7.050
Subtotal	1.881.045	1.670.680
Valores a devolver	(315)	(285)
Dedução ao crédito a receber	(14.456)	(8.050)
	1.866.274	1.662.345
Provisão para devedores duvidosos	(153.543)	(155.119)
Total	1.712.731	1.507.226
Ativo circulante	1.686.596	1.486.715
Ativo não circulante	26.135	20.511
Total	1.712.731	1.507.226

(a) A composição por idade de vencimento das contas a receber de clientes, de acordo com a posição do Setor Comercial da Companhia, é a seguinte:

	31/12/2022	31/12/2021
A vencer	119.347	92.851
Vencidos		
até 30 dias	38.987	29.726
de 31 até 60 dias	29.203	25.802
de 61 até 90 dias	25.622	21.206
de 91 até 180 dias	67.907	62.554
acima de 180 dias	1.593.369	1.426.307
Total das contas vencidas	1.755.088	1.565.595
Subtotal	1.874.435	1.658.446
Diferença em análise	8.161	3.899
Total	1.866.274	1.662.345

(b) Os débitos parcelados a vencer acima de 360 dias, no montante de R\$ 26.135 mil, encontram-se apresentados no ativo não circulante;

(a) Deste montante, o valor de R\$ 278.914 mil, corresponde a créditos a receber de consumidores vencidos há mais de 10 (dez) anos, cujo direito de cobrança se encontra prescrito no entendimento da Assessoria Jurídica Interna (PRJ) da Companhia, conforme Parecer Jurídico, datado de 2 de dezembro de 2016, constante no Processo Administrativo Nº 51182018. Todavia, ainda não foi autorizada a baixa desses valores que ainda continuam compondo o saldo de contas a receber.

6. ESTOQUE

Apresenta a seguinte composição:

	31/12/2022	31/12/2021
Almoxarifado	180	322
Material para obra	6.106	7205
Total	6.286	7.527

7. IMPOSTOS A RECUPERAR

O saldo de impostos a recuperar é composto das retenções realizadas pelos órgãos públicos federais referentes ao consumo de água e esgoto de acordo com a lei 9.430/1996. Apresentando a seguinte composição:

	31/12/2022	31/12/2021
CSLL Recuperar	517	437
IRRF	2.617	2.101
COFINS	1.552	1.313
PIS	336	285
Total	5.022	4.136

8. OUTROS CRÉDITOS A RECEBER

O saldo de outros créditos a receber é composto, principalmente, por adiantamento a empregados da Companhia, conforme demonstrado abaixo:

	31/12/2022	31/12/2021
Adiantamentos a fornecedores	19	19
Adiantamentos diversos	289	48
Empréstimos compulsórios	466	466
Total	774	533
Valores classificadas no ativo circulante	308	67
Valores classificadas no ativo não circulante	466	466
Total	774	533

9. BLOQUEIOS JUDICIAIS

A Companhia em março de 2018 obteve decisão no Supremo Tribunal Federal através da ADPF 513: (i) *suspender, até o julgamento do mérito desta ação, os efeitos de quaisquer medidas de execução judicial contra a CAEMA em que desconsiderada a sua sujeição ao regime previsto no art. 100 da Constituição da República, com a imediata liberação dos valores;* (ii) *determinar que se proceda à imediata devolução dos recursos que não tenham sido, até a data de hoje, repassados aos beneficiários das referidas decisões judiciais.*

No ano de 2022 a Companhia com o intuito de recuperar a maior quantidade de recursos que estava bloqueado, efetuou consulta as instituições financeiras para conseguir as informações necessárias para recuperação dos valores obtendo a seguinte composição:

	31/12/2022	31/12/2021
Vinculados a litígios cíveis	37	37
Vinculados a litígios tributários	102	102
Vinculados a litígios diversos	2.426	1.603
Total	2.565	1.742

10. IMOBILIZADO

Apresenta a seguinte composição:

	31/12/2022			
	Taxa Anual de Depreciação (%)	Custo	Depreciação Acumulada	Líquido
Imobilizado Técnico				
Sistemas de água				
Sistema de captação	10	127.168	(115.097)	12.071
Sistema de adução de água bruta (Tubulação)	2	110.696	(77.301)	33.395
Sistema de tratamento	10	22.768	(22.734)	34
Sistema de adução de água tratada (Tubulação)	2	6.727	(3.267)	3.460
Sistema de reservação (Reservatórios)	4	70.377	(68.280)	2.097
Rede de distribuição (Tubulação)	2	599.308	(353.366)	245.943
Terrenos	-	353	-	353
		937.397	(640.045)	297.352
Sistemas de esgoto				
Sistema de esgoto (Coleta)	2	275.614	(154.041)	(154.041)
Sistema de esgoto (Tratamento)	4	25.364	(24.935)	(24.935)
Terrenos	-	101	-	-
		301.079	(178.976)	(178.976)
Bens de uso geral	4	11.397	(11.275)	122
Construções civis				
Móveis e utensílios	10	9.669	(9.373)	296
Veículos	20	12.023	(11.795)	228
Equipamento médico hospitalar	10	1	(1)	-
Equipamento oficina segurança e proteção	10	2.241	(2.101)	140
Equipamento eletro mecânico	10	4.816	(2.023)	2.793
Equipamento laboratório	10	712	(656)	56
Equipamento de informática	20	7.185	(6.017)	1.168
Outros Terrenos	-	3.134	-	3.134
Hidrômetros	-	-	-	-
		51.178	(43.241)	7.937
		1.289.654	(862.262)	427.392
Projetos e obras em andamento				
Sistema de abastecimento de água	-	571.614	-	571.614
Sistemas de esgotamento sanitário	-	92.876	-	92.876
Custos Capitalizáveis	-	33.518	-	33.518
Bens de uso geral	-	241.266	-	241.266
Materiais de Investimento	-	20.801	-	20.801
Programas Próprios	-	6	-	6
Sistema a classificar	-	8.346	-	8.346
Convênio Prefeituras	-	33.707	-	33.707
Convênio Secretaria de Estado	-	-	-	-
		-	-	-
		1.002.134	-	1.002.134
Total		2.291.788	(862.262)	1.429.526

	31/12/2021		
	Custo	Depreciação Acumulada	Líquido
Imobilizado Técnico			
Sistemas de água			
Sistema de captação	126.651	(112.792)	13.859
Sistema de adução de água bruta (Tubulação)	110.696	(75.209)	35.487
Sistema de tratamento	22.764	(22.730)	34
Sistema de adução de água tratada (Tubulação)	6.727	(3.135)	3.592
Sistema de reservação (Reservatórios)	70.377	(66.679)	3.698
Rede de distribuição (Tubulação)	599.308	(341.686)	257.622
Terrenos	353	-	353
	936.876	(622.231)	314.645
Sistemas de esgoto			
Sistema de esgoto (Coleta)	275.614	(148.564)	127.050
Sistema de esgoto (Tratamento)	25.364	(24.647)	717
Terrenos	101	-	101
	301.079	(173.211)	127.868
Bens de uso geral			
Construções civis	11.397	(11.254)	143
Móveis e utensílios	9.616	(9.292)	324
Veículos	12.023	(11.324)	699
Equipamento médico hospitalar	1	(1)	-
Equipamento oficina segurança e proteção	2.202	(2.075)	127
Equipamento eletro mecânico	2.274	(1.766)	508
Equipamento laboratório	712	(647)	65
Equipamento de informática	6.441	(5.765)	676
Outros Terrenos	3.134	-	3.134
Hidrômetros	-	-	-
	47.801	(42.124)	5.676
	1.285.755	(837.566)	448.189
Projetos e obras em andamento			
Sistema de abastecimento de água	555.747	-	555.747
Sistemas de esgotamento sanitário	80.252	-	80.252
Custos Capitalizáveis	33.518	-	33.518
Bens de uso geral	233.818	-	233.818
Materiais de Investimento	20.801	-	20.801
Programas Próprios	6	-	6
Sistema a classificar	8.346	-	8.346
Convênio Prefeituras	33.707	-	33.707
Convênio Secretaria de Estado	-	-	-
	-	-	-
	966.195	-	966.195
Total	2.251.950	(837.566)	1.414.384

A Companhia contratou em julho de 2021, através do pregão 016/2021 – PRE a empresa de consultoria e de engenharia de avaliação especializada L.M.D.M. - CONSULTORIA EMPRESARIAL LTDA contrato 036/2021, com a entrega dos seguintes pacotes objetivando a adequação da contabilidade da Companhia aos Pronunciamentos Técnicos CPC 01 (R1) – Redução ao Valor Recuperável; CPC 27 – Imobilizado e Interpretação Técnica ICPC 01 (R1) – Contratos de Concessão.

PACOTE 1 - ATIVOS FIXOS	PACOTE 2 - RITOS DO PROCESSO DE GESTÃO
✓ PRODUTO 1.1 - Inventário Físico (etapa em andamento)	✓ PRODUTO 2.1 - Diagnóstico do Processo de Controles Internos da Base de Ativos (etapa finalizada)
✓ PRODUTO 1.2 - Avaliação Patrimonial dos Bens Móveis e Imóveis	✓ PRODUTO 2.2 - Modelagem do Processo de Apuração e Controles Conforme Estratificação dos Ativos Fixos (etapa finalizada)
✓ PRODUTO 1.3 - Segregação e Valoração dos Ativos Financeiros, Intangíveis e Imobilizados	✓ PRODUTO 2.3 - Normalização do Processo de Gestão Patrimonial
✓ PRODUTO 1.4 - Segregação e Valoração dos Ativos Inservíveis para Processo de Desfazimento	✓ PRODUTO 2.4 - Estruturação e Manualização dos Processos de Treinamento
✓ PRODUTO 1.5 - Higienezação da Base Patrimonial entre a Física e a Lançada em Sistema	

São Luís, sexta-feira, 5 de maio de 2023

O pacote 2 foi concluído em 2022, com relação ao pacote 1 o inventário foi concluído em fevereiro de 2022 e a avaliação conforme métodos VNR concluído em outubro de 2022, restando apenas a conciliação das obras em andamentos que tem previsão de conclusão até o início do segundo semestre de 2023, como parcial dos trabalhos de levantamento e avaliação dos ativos foi encontrado os resultados abaixo:

Grupo de Ativos	Valor Novo de Reposição do Ativo (R\$)	Amortização acumulada do Ativo (R\$)	Valor Líquido do Ativo (R\$)
APARELHOS E UTENSÍLIOS DOMÉSTICOS E DE REFRIGERAÇÃO	85.575,36	79.506,77	6.068,59
COMPUTADORES, PERIFÉRICOS E OUTROS COMPONENTES DE INFORMÁTICA	2.370.343,70	2.329.640,49	40.703,20
CONJUNTO MOTO BOMBA SUBMERSA MONOBLOCO	24.421.630,80	22.169.280,67	2.252.350,13
CONSTRUÇÃO CIVIL	580.036.898,38	304.619.894,33	275.417.004,06
EDIFICAÇÃO	78.138.494,96	48.683.822,67	29.454.672,29
EQUIPAMENTOS	8.424.663,60	6.778.930,02	1.645.733,57
EQUIPAMENTOS DE LABORATÓRIO	1.711.310,90	1.634.239,87	77.071,04
EQUIPAMENTOS DE TRATAMENTO	9.881.467,63	8.916.330,72	965.136,90
EQUIPAMENTOS ELETROMECÂNICOS	30.534.319,68	29.703.112,15	831.207,53
EQUIPAMENTOS PARA ARMAZENAMENTO DE LÍQUIDOS	3.480.380,79	3.156.487,38	323.893,40
FERRAMENTAS E FERRAMENTAL	863.769,90	777.627,46	86.142,44
HIDRÔMETRO	43.985.482,67	39.393.384,07	4.592.098,60
INSTALAÇÕES ELÉTRICAS	48.571.961,76	42.466.486,11	6.105.475,65
INSTALAÇÕES PARA BOMBAMENTO	46.566.920,45	42.929.323,05	3.637.597,39
INSTRUMENTOS DE MEDIÇÃO E PRECISÃO	191.252,68	188.992,86	2.259,82
LIGAÇÃO PREDIAL E DOMICILIARES	125.159.818,04	46.461.056,17	78.698.761,87
MÓVEIS E UTENSÍLIOS DE ESCRITÓRIO	3.824.396,15	3.565.913,73	258.482,42
TERRENOS	258.796.254,56	0	258.796.254,56
TUBULAÇÕES EM GERAL	2.938.566.135,41	1.074.767.171,75	1.863.798.963,65
VÁLVULAS MOTORIZADAS	14.386.421,46	13.920.933,19	465.488,27
VEÍCULOS E EMBARCAÇÕES	4.618.607,58	3.805.736,19	812.871,39
TOTAL	4.224.616.106	1.696.347.870	2.528.268.237

A movimentação anual do ativo imobilizado está demonstrada conforme segue:

	2022	2021
Saldo em 01 de janeiro (líquido)	1.414.384	1.400.029
✓ Adições – Imobilizações em Operação		
- Em sistemas de abastecimento de água	523	3.371
- Em sistemas de esgotamento	-	230
- Em imobilizações administrativas	3.376	971
✓ Adições – Obras em andamento		
- Em sistemas de abastecimento de água (a)	15.867	9.010
- Em sistemas de esgotamento sanitário (a)	12.624	17.284
- Edificações em andamento	3.405	1.701
- Bens administrativos	4.043	7.087
- Adiantamentos a terceiro	-	6
- Total das adições	39.838	39.660
✓ Quotas de depreciação (b)	(24.696)	(25.305)
Saldo em 31 de dezembro (líquido)	1.429.526	1.414.384

(b) Referem-se, basicamente, aos investimentos realizados pela Companhia com recursos recebidos do Programa de Aceleração do Crescimento – PAC para ampliação e melhoria da rede de distribuição de água tratada e coleta de esgoto sanitário.

(a) As quotas de depreciação foram contabilizadas em contrapartida (débito) do resultado do exercício, sendo R\$ 23.579 mil em 2022 (24.385 mil em 2021) na conta Custos dos Serviços Prestados e R\$ 1.117 mil em 2022 (R\$ 920 mil em 2021) na conta Despesas Administrativas.

11. FORNECEDORES E EMPREITEIROS

Apresenta a seguinte composição:

	31/12/2022	31/12/2021
Benefícios (a)	10.655	6.492
Materiais (b)	7.916	4.150
Serviços (c)	48.509	38.033
Aluguéis	1.522	1.403
Energia Elétrica	79	5.325
Outros Gastos (d)	3.305	2.754
Investimentos em Projetos e Obras (e)	34.672	35.516
Total	106.659	93.673

- (a) Corresponde, principalmente a plano de saúde e vale alimentação;
- (b) Corresponde, principalmente a material de tratamento e de manutenção;
- (c) Corresponde, principalmente a prestação de serviços operacionais e administrativos;
- (d) Corresponde, principalmente a gastos com alimentação, serviço de fornecimento de combustível por cartão de convênio e fornecedores diversos;
- (e) Corresponde, principalmente a aquisição e a prestação de serviço de construção através de empreiteiras para viabilização dos projetos de investimento da Companhia.

12. IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES

Apresenta a seguinte composição:

	31/12/2022	31/12/2021
INSS	232.803	162.328
FGTS	1.503	1.383
COFINS	44.525	138.821
Imposto de Renda (IR)	13.446	13.574
CSLL	1.538	1.428
Contribuição ao SESI e ao SENAI	1.895	1.801
PIS	9.656	30.136
Dívida Ativa (a)	1.230.425	1.098.785
Outros tributos	4.571	3.491
Total	1.540.361	1.451.747
Parcelamentos		
- Programa de Parcelamento - Lei nº 11.941/09 (b)	2.894	2.894
Total	2.894	2.894
Total	1.543.255	1.454.641
Parcelas classificadas no passivo circulante	1.542.764	1.453.562
Parcelas classificadas no passivo não circulante	491	1.079
Total	1.543.255	1.454.641

- (a) Como resultado do levantamento que vem sendo efetuada pela Contabilidade da Companhia, desde o exercício de 2014, com base nos extratos da Procuradoria Geral da Fazenda Nacional - PGFN foi procedida a transferência de parte do saldo apresentado em outras contas do passivo tributário para um grupo de contas específico denominado "Dívida Ativa". Também, foram provisionados, neste grupo de contas, débitos tributários inscritos em dívida ativa, apresentados nos extratos da Procuradoria Geral da Fazenda Nacional - PGFN, cujos valores não se encontravam reconhecidos na escrita contábil da Companhia. As contrapartidas dos referidos lançamentos contábeis efetuados são as seguintes:

	2022	2021
Saldos iniciais em 01 de janeiro de 2022 e 2021	1.098.785	994.274
Valores transferidos de outras contas do passivo tributário	162.125	64.497
Valores provisionados no exercício	85.999	52.968
Valores baixados no exercício	(116.484)	(12.954)
Saldos finais em 31 de dezembro de 2022 e 2021	1.230.425	1.098.785

O saldo reconhecido contabilmente da Dívida Ativa em 31 de dezembro de 2022 está composto pelos seguintes valores:

	31/12/2022	31/12/2021
PIS	44.674	26.074
COFINS	192.971	120.499
INSS	981.500	931.431
IR	11.280	20.781
Total Dívida Ativa	1.230.425	1.098.785

O referido levantamento dos débitos tributários inscritos em Dívida Ativa foi concluído para 31 de dezembro de 2022.

(b) Este saldo corresponde aos débitos tributários incluídos no programa de parcelamento instituído pela Lei nº 11.941, de 27 de maio de 2009, formado por parte dos débitos referentes a tributos vencidos até 30 de novembro de 2008, inclusive alguns débitos provenientes de parcelamentos anteriores, tais como: Programa de Recuperação Fiscal – REFIS, aprovado pela Lei Federal nº 9.964, de 10 de abril de 2000, Programa de Parcelamento Especial - PAES, aprovado pela Lei Federal nº 10.684, de 30 de maio de 2003, e Programa de Parcelamento Excepcional – PAEX, aprovado pela Medida Provisória nº 303, de 29 de junho de 2006. Este parcelamento será pago até o mês de outubro de 2024 e incide sobre o valor do débito consolidado a variação da Taxa SELIC acrescido de 1%.

Em julho de 2021 devido ao atraso de pagamento do parcelamento junto a RFB e PGFN a Companhia teve o parcelamento cancelado.

	31/12/2022	31/12/2021
O saldo do parcelamento está assim distribuído:		
SENAI	1.459	1.459
SESI	1.435	1.435
Total	2.894	2.894

13. CONTRATOS DE REPASSE DE RECURSOS - PAC

Apresenta a seguinte composição:

	31/12/2022	31/12/2021
Convênios a Comprovar - Governo Federal	392.777	388.139
Convênios a Comprovar - Contrapartida do Governo do Estado do Maranhão	83.009	83.009
Total	475.786	471.148

Foram assinados contratos de repasse entre a União Federal, por intermédio do Ministério das Cidades e Turismo, representada pela Caixa Econômica Federal – CEF, e o Governo do Estado do Maranhão, participando a Companhia como interveniente executora.

Os referidos Contratos de Repasse de Recursos do PAC 1 e 2 tem por finalidade a transferência de recursos financeiros da União Federal, originários do Orçamento Geral da União – OGU, no valor total de R\$ 545.419 mil, para serem aplicados na ampliação do sistema de esgotamento sanitário nos Municípios de São Luís, Santa Inês – Água, Barra do Corda, Barreirinhas, Imperatriz, Buriticupu, Pinheiro, Tutóia e Chapadinha, considerando o Cronograma de Execução Financeira e o Plano de Execução do Trabalho, que estabelecem um período de vigência destas obras em andamento até o dia 30.05.2024 para a sua execução.

A Companhia, na qualidade de interveniente executora, receberá os recursos financeiros para execução das obras e garantirá, por intermédio do Governo do Estado do Maranhão, relativos à contrapartida de cada contrato.

Está previsto, também, a alocação do montante de R\$ 72.148 mil do Governo do Estado do Maranhão a título de contrapartida estadual. Até 31 de dezembro de 2022, foram disponibilizados recursos financeiros, no montante de R\$ 475.786 mil, sendo R\$ 392.777 mil de repasse da União Federal e R\$ 83.009 mil da contrapartida estadual. Atualmente as contrapartidas do Estado estão sendo feitas através de adiantamento para futuro aumento de capital (Afac).

14. CONVÊNIO

Apresenta a seguinte composição:

	31/12/2022	31/12/2021
Convênios a Comprovar - Governo Federal	12.926	12.926
Convênios a Comprovar - Contrapartida do Governo do Estado do Maranhão	460	460
Total	13.386	13.386

Os saldos deste grupo de contas estão representados pelos valores de diversos contratos de repasse de recursos, firmados entre a União Federal, por intermédio da Caixa Econômica Federal – CEF, e o Estado do Maranhão, participando a Companhia como interveniente executora, destinados à construção de sistemas de abastecimento de água em diversos municípios do Estado do Maranhão. Os recursos dos convênios foram recebidos nos anos de 1998 a 2002, do Governo Federal, relativos ao Orçamento Geral da União – OGU, e do Governo do Estado do Maranhão, a título de contrapartida. Incluem também, neste saldo, os rendimentos auferidos das aplicações financeiras desses recursos.

A maior parte dos recursos foram aplicados em sistemas que não são operados pela Companhia, motivo pelo qual foram registrados contabilmente, à época, nesta conta do passivo circulante, tendo como contrapartida devedora, pelo recebimento dos recursos, as contas bancárias vinculadas aos contratos de repasse.

Tais contratos de repasse estabelecem que os bens remanescentes adquiridos ou produzidos em decorrência dos Contratos de Repasse, previstos nos Planos de Trabalho, serão de propriedades da União Federal. Adicionalmente, a Companhia firmou convênios com cada um dos municípios beneficiários do Estado do Maranhão para a execução das obras previstas nos Planos de Trabalho e viabilização dos sistemas públicos de abastecimento de água. Tais convênios indicam, por sua vez, que o conjunto de obras e serviços implantados integram o patrimônio da Companhia. As obras executadas e os bens adquiridos encontram-se registrados contabilmente no Ativo Imobilizado – Projetos e Obras em Andamento e devem ser desreconhecidos assim que houver autorização dos órgãos que fiscalizam os presentes convênios levando em consideração que as obras não foram concluídas.

15. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

Os empréstimos, financiamentos e debêntures são classificados como passivo circulante, a menos que a Companhia tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço.

	31/12/2022	31/12/2021
Banco Daycoval		
Circulante		
Não Circulante		
Total	2.945	2.945

Contrato de financiamento nº 86080-0, no valor de R\$ 10.000 destinado à capital de giro; carência: 6 (seis) meses; término da carência: 17/07/2020; amortização: o prazo é de 36 (trinta e seis) meses, juros: CDI + 1,2500% a.m, o mesmo foi liquidado no mês de abril de 2022.

16. OUTRAS CONTAS A PAGAR

Apresenta a seguinte composição:

	31/12/2022	31/12/2021
Depósitos para Obras, Licitações e Garantias	25	23
Consignações (b)	1.427	1.556
Ordenados e Salários a Pagar (a)	-	8.027
Outros	247	342
	1.698	9.948
Total	1.698	9.948

(a) Dentre esse saldo conta a rubrica Rescisões Contratuais, refere-se ao Programa de Demissão a Pedido, o qual foi construído durante a negociação do ACT 2019-2021 para proporcionar melhores condições aos funcionários aposentados que desejavam se desligar da Companhia. Era uma garantia criada pelo Acordo Coletivo de Trabalho (ACT) ao funcionário aposentado que desejasse se desligar da empresa. Neste caso, o encerramento do contrato de trabalho ocorreria a pedido do funcionário e, ao aderir ao Programa, teria garantido o pagamento de um prêmio em dinheiro, além das verbas rescisórias. O pagamento é composto da entrada (verbas rescisórias + 1º parcela do prêmio), as demais parcelas do prêmio que era entre 10, 12 e 14 parcelas foram pagas nos meses seguintes, conforme calendário de pagamento e faixas de salário definidos.

(b) São descontos dos funcionários realizados em folha e repassado a terceiros.

17. PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIAS:

O saldo da provisão para contingências, no montante de R\$ 116.301 mil em 31 de dezembro de 2022 e R\$ 43.087 mil 2021, está representado pelo montante estimado como perdas prováveis no julgamento de diversos processos judiciais, envolvendo a Companhia, nas áreas tributária, trabalhista, ambiental e cível e apresentam a seguinte composição:

	31/12/2022	31/12/2021
Trabalhista	1.978	14.093
Cível	90.058	27.553
Administrativo	-	69
Ambiental	4.260	1.271
Tributária	20.005	101
Total	116.301	43.087

A Companhia, suportada na opinião de seus assessores jurídicos, entende que os montantes de provisões registradas são suficientes para cobrir as perdas prováveis.

Ademais, o montante dos processos classificados como possíveis é de R\$ 136.405 mil.

18. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

18.1 Capital Social

O capital social subscrito e integralizado em 31 de dezembro de 2022 está representado por 2.249.482 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, assim distribuídas:

	31/12/2022	
Acionistas	Quantidade de Ações	%
Governo do Estado do Maranhão	2.248.460	99,9546%
Governo Federal	1.013	0,0450%
Prefeituras Municipais	7	0,0003%
Outros	2	0,0001%
Total	2.249.482	100

	31/12/2021	
Acionistas	Quantidade de Ações	%
Governo do Estado do Maranhão	2.248.460	99,9546%
Governo Federal	1.013	0,0450%
Prefeituras Municipais	7	0,0003%
Outros	2	0,0001%
Total	2.249.482	100

18.2 Adiantamentos para Aumento de Capital (AFAC)

A Companhia recebe recursos oriundos do Governo do Estado do Maranhão, destinados a investimentos em obras e para cobrir despesas correntes, os quais são registrados diretamente em Adiantamentos para Aumento de Capital (AFAC). Não existe previsão de devolução desses recursos para o Governo do Estado do Maranhão, sendo eles periodicamente incorporados ao Capital Social.

O saldo dos aportes de recursos recebidos em 2022 do Governo do Estado do Maranhão, no montante R\$ 158.168 mil devem ser integralizados ao Capital Social da Companhia durante o exercício de 2023.

18.3 Ajustes de Avaliação Patrimonial

A Companhia se encontra em processo de adequação de suas práticas contábeis aos procedimentos introduzidos pelos Pronunciamentos, Interpretações e Orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis.

O Processo de convergência está sendo realizado em etapas, sendo a primeira delas concernente ao desreconhecimento de alguns ativos e passivos, cujos saldos se encontram em desconformidade com as Normas Internacionais de Contabilidade.

Neste sentido, até 31 de dezembro de 2019, foram contabilizados em contrapartida de Ajuste de Avaliação Patrimonial no Patrimônio Líquido, visando o atendimento ao CPC 37 (R1) - Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade, lançamentos relacionados as seguintes contas:

	Débito	Crédito
Caixa e equivalentes de caixa	95	2
Outros créditos a receber	600	-
Impostos a recuperar	3.940	-
Bloqueios judiciais	46.659	4
Fornecedores e empreiteiros	13.959	13.288
Outras contas a pagar	85	1.719
Impostos e contribuições	156	21.538
Provisões	225	194
Provisão para contingências	-	89.004
Concessões	-	7.095
Total	65.719	132.844

Os valores ajustados no grupo de Caixa e Equivalentes de Caixa referem-se a saldos nas contas bancárias a vista, depósitos vinculados e aplicações financeiras, cujos saldos estavam sem movimentação há mais de 10 anos e sem o reconhecimento dos respectivos valores por parte das instituições bancárias.

Os valores ajustados no grupo de Outros créditos a receber referem-se a saldos decorrentes de cheques em cobrança e adiantamentos diversos os quais estão sem movimentação há mais de 10 anos e que não possuíam expectativas de recebimento. Por esse motivo, tais valores foram desreconhecidos do ativo.

Os impostos a recuperar continham valores em duplicidade, sendo necessário, por este motivo, o desreconhecimento destes saldos.

Os valores contidos no grupo de Bloqueios judiciais referem-se a valores depositados em juízo decorrente de litígios, cujos processos foram concluídos e, por isso, foram desreconhecidos.

Os ajustes relativos ao grupo Fornecedores e Empreiteiros e ao grupo Outras Contas a Pagar são decorrentes da conciliação da posição contábil com a respectiva posição financeira que resultou no reconhecimento e desreconhecimento de algumas obrigações.

Os valores relacionados aos Impostos e Contribuições relacionam-se a dívidas que não são reconhecidas pelos credores tributários (Receita Federal do Brasil) e, por este motivo, foram baixados.

As provisões referem-se a valores relacionados a litígios de natureza fiscal, trabalhista, cível e ambiental, os quais, após análise por parte do Jurídico da CAEMA foram baixados por não terem mais nenhuma vinculação com os processos em curso da Companhia.

São Luís, sexta-feira, 5 de maio de 2023

19. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

Apresenta a seguinte composição:

	2022	2021
Serviços de abastecimento de água	394.574	392.191
Serviços de esgotamento sanitários	147.747	152.922
Serviços acessórios	7.158	6.975
Contribuições sobre serviços – COFINS e PASEP	(52.180)	(51.885)
Total	497.299	500.203

20. CUSTO DOS SERVIÇOS PRESTADOS

A composição dos custos, por natureza, é a seguinte

	2022	2021
Energia elétrica	(113.276)	(104.191)
Custos com pessoal		
- Ordenados e salários	(112.922)	(106.465)
- Encargos sociais e trabalhistas	(74.187)	(75.186)
- Total das despesas com pessoal	(187.109)	(181.651)
Depreciação e amortização	(23.355)	(24.179)
Serviços de terceiros		
- Manutenção	(60.585)	(43.322)
- Total das despesas com serviços de terceiros	(60.585)	(43.322)
Materiais		
- De tratamento	(19.191)	(12.896)
- De construção e manutenção	(505)	(619)
- Outros materiais	(4.159)	(2.621)
- Total das despesas com materiais	(23.855)	(16.136)
Aluguéis	(183)	(176)
Custos gerais	(1.806)	(1.613)
Total	(410.169)	(371.268)

21. DESPESAS ADMINISTRATIVAS E GERAIS

A composição dos custos, por natureza, é a seguinte

	2022	2021
Despesas com pessoal	(33.312)	(33.159)
- Ordenados e salários	(18.184)	(18.130)
- Encargos sociais e trabalhistas	(857)	(712)
- Honorários da diretoria e conselhos	(52.353)	(52.001)
- Total das despesas com pessoal		
Serviços de terceiros	(1.671)	(1.563)
- Comunicação	(17.287)	(16.115)
- Outros serviços	(18.958)	(17.678)
- Total das despesas com serviços de terceiros	(8.114)	(4.536)
Despesas gerais	(1.021)	(841)
Depreciação e amortização		
Materiais		
- Combustíveis e lubrificantes	(6)	(10)
- De construção e manutenção	(36)	(44)
- Outros materiais	(416)	(413)
- Total das despesas com materiais	(458)	(467)
Aluguéis	(2.033)	(1.965)
Total	(82.937)	(77.488)

22. DESPESAS COMERCIAIS

A composição destas despesas, por natureza, é a seguinte:

	2022	2021
Despesas com pessoal		
- Ordenados e salários	(18.859)	(19.281)
- Encargos sociais e trabalhistas	(13.677)	(14.867)
- Remuneração da Diretoria e Conselhos	(198)	(200)
- Total das despesas com pessoal	(32.734)	(34.349)
Serviços de terceiros	(5.342)	(4.434)
Materiais diversos	(25)	(12)
Despesas gerais	(56)	(83)
Total	(38.157)	(38.877)

23. DESPESAS TRIBUTÁRIAS

A composição destas despesas, por natureza, é a seguinte:

	2022	2021
Tributos Estaduais	(69)	(172)
Tributos Federais	(203)	(39)
Tributos Municipais	(12)	(9)
Total	(284)	(220)

24. OUTRAS RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS LIQUIDAS

A composição destas receitas e despesas, por natureza, é a seguinte:

	2022	2021
Receitas com recuperação de despesas	116.492	47.439
Receita diversas	-	44
Provisões Judiciais	(95.066)	(40.917)
Reversão Judiciais	23.437	59.612
Despesas atribuídas	(1.241)	(623)
Total	43.623	65.555

25. RECEITAS FINANCEIRAS

A composição destas receitas, por natureza, é a seguinte:

	2022	2021
Receitas financeiras comerciais	5.492	1.586
Rendimentos de aplicação financeira	708	636
Outras Receitas Financeiras	9.145	7.251
Total	15.345	9.473

26. DESPESAS FINANCEIRAS

A composição destas despesas, por natureza, é a seguinte:

	2022	2021
Encargos de financiamento e de saldo devedor	(185)	(1.059)
Encargos de dívidas diversos	(a) (140.954)	(102.598)
Total	(141.139)	(103.657)

(a) Correspondente basicamente aos encargos financeiros/moratórios sobre o não pagamento de obrigações com fornecedores e tributos em atraso, principalmente da dívida ativa.

27. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

A Caema manteve as seguintes operações com partes relacionadas:

- ✓ Adiantamento para Futuro Aumento de Capital, no qual o governo aportou recursos para capital de giro e imobilização;
- ✓ Serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário cobrado nas mesmas condições e tarifas normais de mercado para o setor público;
- ✓ Remuneração dos administradores;

	31/12/2022	31/12/2021
Ativo Circulante		
Contas a receber	(a) 19.405	9.961
Passivo Circulante		
Outras contas a pagar	-	103
Patrimônio Líquido		
Adiantamento para futuro aumento de capital	158.168	11.400

28. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

A Companhia apresenta operações caracterizadas como instrumentos financeiros, tais como: contas bancárias, aplicações financeiras, contas a receber de clientes, empréstimos e financiamentos, que se encontram atualizados na forma contratada até 31 de dezembro de 2022 e 2021. Os valores contábeis dos instrumentos financeiros registrados nas contas patrimoniais em 31 de dezembro de 2022 e 2021 equivalem, aproximadamente, ao seu valor de mercado. A Companhia não possui instrumentos financeiros derivativos.

Limitações

Os valores de mercado foram estimados com base em informações de mercado relevantes e da própria Companhia, de sua carteira de clientes, no que se refere a Contas a Receber de Clientes. Na hipótese de mudanças nas premissas, poderão ser afetadas as estimativas apresentadas.

Fatores de Risco

Os fatores de risco que afetam os instrumentos financeiros são os seguintes:

Risco de Crédito (Operacional)**Inadimplência:**

Está relacionado à possibilidade da Companhia computar prejuízos decorrentes de dificuldades em cobrar e arrecadar os valores faturados vencidos, principalmente, junto aos clientes públicos (estadual e municipais). Esse tipo de risco é diminuído em razão de procedimentos de monitoramento e cobrança específicas voltadas às contas a receber do segmento público, destacando-se sobre a importância de manter-se o fornecimento dos produtos da Companhia a essas entidades, pelo seu caráter de essencialidade o que resulta em termos de acordo de pagamento firmado com esses clientes.

Concessões:

A perda eventual de qualquer das concessões poderá afetar os resultados operacionais da Companhia. A Administração vem tomando medidas para a manutenção e renovação dos contratos da Companhia.

Risco de Crédito (Financeiro)

Os riscos relacionados à possibilidade da Companhia computar perdas decorrentes da dificuldade de realização das aplicações financeiras de curto prazo foram considerados pequenos. A Companhia minimiza o risco associado a esses instrumentos financeiros investindo em instituições financeiras bem-conceituadas.

29. COBERTURA DE SEGUROS

A Companhia não mantém contratos de seguros contra riscos operacionais, de responsabilidade civil ou para cobrir eventuais perdas e danos de bens do seu ativo imobilizado, em face de sua atividade não possuir riscos significativos. Não ocorreram durante os exercícios de 2022 e 2021 perdas decorrentes dos riscos acima mencionados.

30. LUCRO REAL

A Companhia apurou prejuízo contábil nos exercícios de 2022 e 2021, que ajustado com as adições e exclusões previstas na legislação do Imposto de Renda, resultou no prejuízo tributável em 2022 e 2021, conforme apresentado abaixo:

	2022	2021
Prejuízo do Exercício	(208.630)	(16.279)
(+) Multas não dedutíveis		
(+) Outras despesas não dedutíveis		
(+) Provisões não dedutíveis		
(=) Total das Adições		
(-) Provisões não dedutíveis		
(-) Doações e Subvenções		
(=) Total de Exclusões		
Prejuízo antes da Compensação de Prejuízos Fiscais	(208.630)	(16.279)
(-) Compensações de prejuízos acumulados		
Lucro (Prejuízo) Fiscal do Período	(208.630)	(16.279)
Imposto de Renda (IRPJ)	-	-
- Alíquota 15%	-	-
- Adicional de IRPJ – 10% Sobre o Excedente de R\$ 240	-	-
-Total		
Contribuição Social (CSLL) – Alíquota 9%	-	-

DIRETORIA

MARCOS AURÉLIO ALVES FREITAS
Diretor Presidente

RONALDO FERREIRA BRAGA
Diretor de Gestão Adm.- Financeira e de Pessoas

CARLOS ROGÉRIO SANTOS ARAÚJO
Diretor de Engenharia e Meio Ambiente

CRISTOVAM DERVALMAR RODRIGUES TEIXEIRA FILHO
Diretor de Operação, Manutenção e Atendimento ao Cliente

MAURO SÉRGIO MUNIZ DOS SANTOS
Diretor de Comercialização e Relacionamento com Cliente

WALDENER BRASIL DE MENEZES JÚNIOR
Gerente Contábil e de Patrimônio
CRC – MA – 12.312-0

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DE 31 DE DEZEMBRO DE 2022.

Ilmos. Srs.

Diretores e Acionistas da
COMPANHIA DE SANEAMENTO AMBIENTAL DO MARANHÃO - CAEMA
São Luís - MA

Abstenção de opinião

Fomos contratados para examinar as demonstrações contábeis da Companhia de Saneamento Ambiental do Maranhão - CAEMA que compreendem o balanço patrimonial de 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Não expressamos uma opinião sobre as demonstrações contábeis da Companhia de Saneamento Ambiental do Maranhão - CAEMA. Devido à relevância dos assuntos descritos na seção a seguir intitulada "Base para abstenção de opinião", não nos foi possível obter evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião de auditoria sobre essas demonstrações contábeis.

Base para abstenção de opinião**Abstenção de opinião**

1) Os saldos das Contas a Receber, na data de emissão de nosso relatório, a administração ainda estava no processo de sanar deficiências do sistema para emissão de relatórios detalhados que apresentavam diferenças relevantes não identificadas entre eles, posto que o setor de contas a receber utiliza-se de duplo controle para fins de apuração dos saldos, quais sejam planilha em Excel e o sistema informatizado. Não foi possível confirmar ou verificar por meios alternativos os saldos contábeis das contas a receber incluídas no balanço patrimonial no valor total de R\$ 1.686.596 mil, em 31 de dezembro de 2022, líquido da provisão para perdas. Outrossim, a Companhia não vem adotando política para reconhecimento da provisão para perdas de créditos de forma adequada, sob o ponto de vista do conservadorismo, prudência e da boa técnica contábil, a qual prescreve que, no Balanço Patrimonial, os direitos e títulos de crédito devem ser avaliados pelo custo de aquisição ou valor de emissão, atualizado conforme disposições legais ou contratuais, ajustado ao valor provável de realização, posto que o montante da provisão para perdas no recebimento de créditos totaliza R\$ 168.314 mil em 31 de dezembro de 2022. No entanto, o relatório de títulos a receber por grupo de vencimento apresentava um total de R\$ 1.593.370 mil em títulos vencidos há mais de 180 dias o que indica a dificuldade de realização destes créditos. Este valor representa 85% de inadimplência sobre o total a receber. Consideramos que este índice de inadimplência da Companhia e sua política para o reconhecimento das perdas de crédito, poderão resultar em ajustes significativos sobre os saldos das contas a receber, com reflexos sobre saldos do Ativo Circulante, Resultado do Exercício e Patrimônio Líquido.

2) Quanto aos estoques, registrados no balanço patrimonial em 2022 e 2021, por R\$ 6.286 mil e R\$ 7.527 mil, respectivamente, não foi possível emitir opinião sobre os saldos visto que em 2021 acompanhamos a contagem física no final do exercício, no entanto, não recebemos relatório da composição do estoque atualizado na data do inventário impedindo nossas análises e comparações. Sobre o saldo de 2022, a contagem física não foi acompanhada por nossa auditoria.

3) Os saldos contábeis dos grupos do Ativo Não Circulante, Ativo Imobilizado (técnico em uso e obras em andamento) e Ativo Intangível, em 31/dez./22, são respectivamente nos valores de R\$ 1.429.527 mil e R\$ 1.189 mil. Todavia, os documentos disponibilizados pelos controles internos da Companhia, para validação dos referidos saldos, indicam a necessidade de ajustes no processo de informação que alimentam os sistemas. Como consequência, não foi possível a aplicação de determinados procedimentos de auditoria que permitisse uma apreciação integral e adequada sobre os valores recuperáveis desses ativos e seus efeitos nas correspondentes contrapartidas patrimoniais e resultado, razão pela qual, deixamos de emitir opinião sobre os saldos dessas contas, embora desde o exercício de 2021 a Companhia tenha contratado firma especializada para realizar levantamento e avaliação da vida útil restante e de valor residual dos bens integrantes do Ativo Imobilizado e Intangível, com definição das novas taxas e bases de cálculos das depreciações e amortizações, em atendimento ao estabelecido pela Resolução nº 1.177/09 do Conselho Federal de Contabilidade, que aprovou a NBC TG 27 (R4) - Ativo Imobilizado. Considerando que este levantamento não foi concluído até o encerramento do exercício 2022, não nos foi possível também mensurar os possíveis efeitos decorrentes da utilização de taxas de depreciação e amortização pelo prazo de vida útil restante e seus reflexos sobre o Ativo Imobilizado, Intangível, Patrimônio Líquido e Resultado nos exercícios de 2022 e 2021.

4) Conforme mencionado na nota explicativa nº 1.2 a Companhia presta serviços para 138 municípios do Estado do Maranhão, sendo que apenas 34 municípios estão com suas concessões regulares, 98 municípios funcionam com Contrato de Concessão vencidos e 06 municípios sem os contratos de concessão, desse total 27 municípios estão com faturamento suspenso. A Companhia encontra-se em fase de elaboração de estudos para consolidação de concessões com os municípios, bem como, adequação dos respectivos contratos à Lei nº 14.026/20 (Lei Nacional de Saneamento Básico). De acordo com as Resoluções do Conselho Federal de Contabilidade nº 1.261/09 alterada pela nº 1.376/11, que aprovou a ITG 01 (R1) - Contratos de Concessão, em consonância a ICPC 01 (R1) do Comitê de Pronunciamentos Contábeis, os ativos de infraestrutura vinculados aos contratos de concessão devem ser classificados no Ativo Intangível. A mesma nota explicativa informa que os contratos de concessão estabelecem que ao final do prazo de concessão os investimentos serão revertidos em favor dos respectivos municípios, depois de indenizados. No entanto, não há dados suficientes para mensurar o valor correspondente a esses ativos, pois estão classificadas junto aos ativos de uso geral ou administrativos da Companhia. Desta forma, não nos foi possível determinar os impactos do processo de encerramento dos contratos de concessão e seus efeitos sobre os ativos intangíveis e imobilizados da Companhia.

5) O Patrimônio Líquido da Companhia apresenta saldo contábil em 31/dez./22 de R\$ 937.611 mil. Na composição desse saldo consta a rubrica de "Ajuste de Avaliação Patrimonial" no montante de R\$ 67.125 mil, para a qual não nos foi apresentado controles subsidiários e/ou documentais para fins de fundamentação do saldo contábil. Assim sendo ficamos impossibilitados de opinar sobre a adequação do referido saldo contábil e consequente impacto no Ativo, Passivo Circulante e/ou Não Circulante e no Patrimônio Líquido.

6) Conforme mencionado na nota explicativa nº 2.2 a contabilidade da Companhia não procedeu ainda à adequação integral das suas práticas contábeis aos novos critérios introduzidos pelos Pronunciamentos, Interpretações e Orientações, emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade, com vigência obrigatória a partir do exercício de 2010, que modificaram critérios de avaliação, classificação contábil e divulgação de ativos, passivos e resultados. Dessa forma, as demonstrações contábeis relativas aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 não refletem integralmente as políticas contábeis dispostas nas Normas Brasileiras de Contabilidade, por meio dos seus Pronunciamentos, Interpretações e Orientações. Também não foram ainda determinados os efeitos contábeis, nos saldos das contas patrimoniais e de resultado, das apresentadas nas demonstrações contábeis dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021, da Companhia, caso fossem procedidas às modificações das práticas contábeis, conforme requerido pelas novas disposições da legislação societária brasileira. Consequentemente, não pudemos avaliar possíveis ajustes requeridos sobre os saldos contábeis dos Ativos, Passivos, reflexos no Resultado e Patrimônio Líquido.

Ênfases**a) Contingências Passivas**

Conforme descrito na nota explicativa nº 17, o saldo da provisão para contingências em 31/dez./22 é de R\$ 116.301 mil. A Companhia reconhece uma provisão para contingência com base nos processos em tramitação com perspectiva de perda provável na avaliação dos consultores jurídicos. Na opinião dos consultores jurídicos e administradores o valor da provisão constituída foi considerado suficiente para acolher eventuais perdas decorrentes dos processos indicados com risco de perda provável. Entretanto não recebemos até a data de encerramento de nossos trabalhos a totalidade das cartas de circularizações enviadas aos assessores jurídicos externos da Companhia. Dependendo das decisões finais nas demandas judiciais em tramitação, após sentenciadas, poderá ocorrer à necessidade de ajustes contábeis, com reflexo sobre os saldos do Passivo Não Circulante, Resultado do Exercício e Patrimônio Líquido. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

São Luís, sexta-feira, 5 de maio de 2023

b) Continuidade Operacional da Companhia

De conformidade com a nota explicativa nº 1.3 a Companhia vem apresentando prejuízos contínuos, com aumento acentuado no exercício de 2022. Visando manter as condições de sua operacionalidade, o Conselho de Administração da Companhia aprovou o orçamento, para o exercício de 2023, recursos financeiros na ordem de R\$ 865.935. Todavia as condições de continuidade operacional dependerá do êxito das ações previstas no plano da Administração da Companhia em processo de implementação. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

c) Seguro dos Bens Patrimoniais

Conforme mencionado na nota explicativa nº 29, a Companhia não possui cobertura de apólice de seguro em vigência que garanta indenização em caso de eventual sinistro sobre seus bens patrimoniais: prédios, equipamentos, móveis e utensílios e instalações. Portanto, encontra-se descoberta para cobertura de eventuais sinistros. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a esse respeito.

Demonstrações contábeis do exercício anterior

As demonstrações contábeis referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021, apresentadas para fins comparativos, foram por nós examinadas, cujo relatório foi emitido em 07/abr/22, com abstenção de opinião.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela administração da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossa responsabilidade é a de conduzir uma auditoria das demonstrações contábeis da Companhia de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e a de emitir um relatório de auditoria. Contudo, devido ao assunto descrito na seção intitulada "Base para abstenção de opinião", não nos foi possível obter evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião de auditoria sobre essas demonstrações contábeis.

Somos independentes em relação à Companhia de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas.

Recife, 10 de abril de 2023.

AudiLink & Cia. Auditores
CRC/RS 003688/O-2 S-MA
Roberto Caldas Bianchessi
Contador CRC/RS 040078/O-7 S-MA

LEILÃO DE CASA - PARAIBANO/MA

Online

1º Leilão: 23/05/2023 às 11h00 | 2º Leilão: 26/05/2023 às 11h00

Leilão de Alienação Fiduciária - Dora Plat, Leiloeira Oficial inscrita na JUCESP sob nº 744, faz saber, através do presente Edital, que devidamente autorizado pelo Banco Bradesco S/A, inscrito no CNPJ sob nº 60.746.948/0001-12, promoverá a venda em Leilão (1º ou 2º) do imóvel abaixo descrito, nas datas e hora infracitadas, na forma da Lei 9.514/97. **Localização do imóvel: Paraibano/MA. Loteamento Riacho do Meio.** Rua Serra Grande, nº 14. Casa (Quadra M - Lote 14), com uma vaga de garagem. Áreas totais: ter.: 216,00m² e constr.: 70,00m². Matr. 3.965 do 1º RI Local. Obs.: Ocupada. (AF). 1º Leilão: 23/05/2023, às 11:00 h. Lance mínimo: R\$ 156.952,35. 2º Leilão: 26/05/2023, às 11:00 h. Lance mínimo: R\$ 142.067,63 (caso não seja arrematado no 1º leilão). Obs.: Os leilões serão realizados exclusivamente pela Internet, através do site www.portalzuk.com.br. **Condição de pagamento:** à vista, mais comissão de 5% ao Leiloeiro. Da participação on-line: O interessado deverá efetuar o cadastramento prévio perante o Leiloeiro, com até 1 hora de antecedência ao evento. O Fiduciante será comunicado das datas, horários e local de realização dos leilões, para no caso de interesse, exercer o direito de preferência na aquisição do imóvel, pelo valor da dívida, acrescida dos encargos e despesas, na forma estabelecida no parágrafo 2º-B do artigo 27 da lei 9.514/97, incluído pela lei 13.465 de 11/07/2017.

Mais informações: 3003-0677 | Os interessados devem consultar o edital completo disponível nos sites:
<https://VITRINEBRADESCO.com.br/> | PORTALZUK.com.br

**ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE BARREIRINHAS
COORDENAÇÃO CENTRAL DE LICITAÇÃO - CCL**

AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 016/2023 - CCL/PMB
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 4.817/2022

OBJETO: Registro de preços para futura contratação de empresa para prestação de serviços de manutenção preventiva, corretiva, fornecimento e substituição de peças e acessórios, e instalação de aparelhos de climatização.
DATA DA ABERTURA: 18/05/2023 às 14h30min, horário de Brasília.
LOCAL DE REALIZAÇÃO: Portal CMB - www.centralcomprasbshsma.com.br
Informações adicionais em www.barreirinhas.ma.gov.br e www.centralcomprasbshsma.com.br.

Barreirinhas (MA), 02 de maio de 2023.
Áquias Conceição Martins
Pregoeira

**ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE BARREIRINHAS
COORDENAÇÃO CENTRAL DE LICITAÇÃO - CCL**

AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 019/2023 - CCL/PMB
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 1.039/2023

OBJETO: Contratação de empresa para fornecimento de Coletores Seletivos de Resíduos (Container), para coleta seletiva do Município de Barreirinhas/MA.
DATA DA ABERTURA: 22/05/2023 às 14h30min, horário de Brasília.
LOCAL DE REALIZAÇÃO: Portal CMB - www.centralcomprasbshsma.com.br
Informações adicionais em www.barreirinhas.ma.gov.br e www.centralcomprasbshsma.com.br.

Barreirinhas (MA), 02 de maio de 2023.
Áquias Conceição Martins
Pregoeira

**ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE BARREIRINHAS
COORDENAÇÃO CENTRAL DE LICITAÇÃO - CCL**

AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 017/2023 - CCL/PMB
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 4.625/2022

OBJETO: Registro de Preços para futura contratação de empresa especializada em prestação de serviços gráficos, destinados ao "Programa Educar Pra Valer" da Secretaria Municipal de Educação.
DATA DA ABERTURA: 19/05/2023 às 09h30min, horário de Brasília.
LOCAL DE REALIZAÇÃO: Portal CMB - www.centralcomprasbshsma.com.br
Informações adicionais em www.barreirinhas.ma.gov.br e www.centralcomprasbshsma.com.br.

Barreirinhas (MA), 02 de maio de 2023.
Áquias Conceição Martins
Pregoeira

**ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE BARREIRINHAS
COORDENAÇÃO CENTRAL DE LICITAÇÃO - CCL**

AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 020/2023 - CCL/PMB
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 360/2023

OBJETO: Contratação de empresa para o fornecimento de Rádios HT's, Coletes Balísticos Nível II-A com capa personalizada, Algemas, Tonfas, Detector de Metais, Batômetro para atender as necessidades da secretaria Municipal de Segurança Cidadã.
DATA DA ABERTURA: 23/05/2023 às 09h30min, horário de Brasília.
LOCAL DE REALIZAÇÃO: Portal CMB - www.centralcomprasbshsma.com.br
Informações adicionais em www.barreirinhas.ma.gov.br e www.centralcomprasbshsma.com.br.

Barreirinhas (MA), 02 de maio de 2023.
Áquias Conceição Martins
Pregoeira

**ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE BARREIRINHAS
COORDENAÇÃO CENTRAL DE LICITAÇÃO - CCL**

AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 018/2023 - CCL/PMB
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 4.698/2022

OBJETO: Registro de preços para futura contratação de empresa para futuras e eventuais aquisições de Kit Ensino Fundamental Anos Iniciais para a Rede Municipal de Ensino do Município de Barreirinhas/MA.
DATA DA ABERTURA: 22/05/2023 às 09h30min, horário de Brasília.
LOCAL DE REALIZAÇÃO: Portal CMB - www.centralcomprasbshsma.com.br
Informações adicionais em www.barreirinhas.ma.gov.br e www.centralcomprasbshsma.com.br.

Barreirinhas (MA), 02 de maio de 2023.
Áquias Conceição Martins
Pregoeira



PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTES ALTOS (MA)
AVISO DE ADIAMENTO
TOMADA DE PREÇOS Nº 002/2023

A Prefeitura Municipal de Montes Altos (MA) através da Comissão Permanente de Licitação, comunica que a licitação em epígrafe, objetivando Contratação de empresa especializada para execução e recuperação de macro e micro drenagem, conforme condições e especificações estabelecidas no Edital e seus Anexos. A abertura da sessão pública anteriormente marcada para o dia 03 de maio de 2023, às 09h00min (nove horas), fica ADIADA para o dia 24 de maio de 2023, às 09h00min (nove horas). Informações adicionais podem ser obtidas junto a Comissão Permanente de Licitação. Montes Altos - Maranhão 02 de maio de 2023. Raélia de Cássia Ferreira da Silva - Presidente da Comissão Permanente de Licitação.



AVISO DE LICITAÇÃO. TOMADA DE PREÇO Nº 014/2023. O Município de Lago da Pedra (MA), por meio da Comissão Permanente de Licitação - CPL avisa aos interessados que fará realizar Licitação na seguinte modalidade e condições. Modalidade: Tomada de Preço. Tipo de licitação: Menor Preço Global, que será regida pela Lei nº 8.666/93, suas alterações. **OBJETO:** CONSTRUÇÃO DA RODOVIÁRIA MUNICIPAL DE LAGO DA PEDRA - MA, ABERTURA: 18 de maio de 2023, às 15 h 00 min (quinze horas), no Setor de Licitação da Prefeitura Municipal de Lago da Pedra - MA, situado na Rua Mendes Fonseca, 222 - Centro - Lago da Pedra/MA, onde serão recebidos e abertos os envelopes de DOCUMENTAÇÃO e PROPOSTA. Participarão da Licitação todas as firmas especializadas no ramo, que comprovem possuir os requisitos mínimos de qualificação exigidos no edital, para a execução de seus objetivos, perante a Comissão Permanente de Licitação. Maiores informações poderão ser obtidas no site da Prefeitura (<https://www.lagodapedra.ma.gov.br/>), e também nos dias de expediente das 08:00 às 12:00 horas, no Setor de Licitação do Município de Lago da Pedra - MA, onde poderão ser consultados e obtidos o Edital e seus anexos gratuitamente desde que seja em mídia, podendo ainda ser disponibilizado através do e-mail: cplagodapedra@gmail.com, Lago da Pedra - MA, 02 de maio de 2023. Ylkely de Lima Araújo. Presidente da CPL

**CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA DO MARANHÃO
EDITAL**

O Presidente do Conselho Regional de Medicina do Estado do Maranhão, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei nº 3.268, de 30 de setembro de 1957, regulamentada pelo Decreto nº 44.045, de 19 de julho de 1958, alterado pelo Decreto nº 10.911, de 22 de dezembro de 2021, Lei nº 12.842, de 10 de julho de 2013, e Decreto nº 8.516, de 10 de setembro de 2015, e em cumprimento ao disposto na Resolução CFM nº 2.315/2022, e em especial no seu artigo 17, informa que está aberto o período de 05/06/2023 a 20/06/2023, para registro de Chapas de candidatos a Conselheiros Regionais, efetivos e suplentes para eleição do Conselho Regional de Medicina do Maranhão, quinquênio 2023-2028. PERÍODO PARA REGISTRO DAS CHAPAS: inicia-se às 8:00 (oito) horas do dia 05 (cinco) de junho de 2023 e termina às 17:00 (dezoisete) horas do dia 20 (vinte) de junho de 2023, obedecendo o horário de funcionamento deste Conselho Regional de Medicina. LOCAL: na sede do Conselho Regional de Medicina do Estado do Maranhão, situada à Rua Carutapera, QD. 37-B - Nº 2 - Bairro Jardim Renascença - São Luís - MA. DO REGISTRO DAS CHAPAS: O registro será efetuado mediante requerimento escrito dirigido ao Presidente da Comissão Eleitoral, assinados pelos médicos concorrentes, efetivo e suplente, no qual deverá constar o nome por extenso, de cada candidato e o respectivo número de inscrição no CRM, e a indicação do candidato ao cargo efetivo e ao suplente, bem como assinatura dos candidatos e a indicação do nome do representante da chapa perante CRE-Comissão Regional Eleitoral. Tal requerimento deve ser acompanhado de termo firmado de aquiescência de cada candidato a membro efetivo e suplente do Conselho, certidão de quitação de anuidade e outros encargos financeiros perante o Conselho Regional de Medicina e demais exigências previstas no artigo art. 10º da Resolução CFM nº 2.315/2022. Não será registrada a chapa que descumprir as exigências previstas no art. 10º da Resolução CFM nº 2.315/2022. Este Conselho Regional de Medicina divulgará, até dia 14.07.2023, qual a duração do pleito e a disponibilização de estação de votação. Nenhum candidato poderá figurar em mais de uma chapa. As eleições para os Conselheiros Regionais, Efetivos e Suplentes ao Conselho regional de Medicina do Maranhão serão realizadas nos dias 14 e 15 (quatorze e quinze) de agosto de 2023. O processo de votação será exclusivamente pela internet. O voto é obrigatório e secreto e somente poderão votar médicos quitados com a Tesouraria do Conselho, conforme Resolução CFM nº 2.315/2022. As condições de elegibilidade e os impedimentos de participação no pleito eleitoral estão dispostos nos artigos 9º, 10º e 11º da Resolução CFM nº 2.315/2022.

São Luís, 04 de maio de 2023.

José Carlos Figueiredo Fernandes
Presidente

A GERA MARANHÃO - GERADORA DE ENERGIA DO MARANHÃO S.A. torna público que RECEBEU, junto à Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Recursos Naturais - SEMA, Licença de Operação - para operar com atividade Usina Termoeletrica - UTE (Matriz Energética: Óleo OCB1 e Gás Natural) e sistemas associados, com capacidade instalada de 331,74 MW (UTE Geramar I - 165,87 MW e UTE Geramar II - 165,87 MW), conforme processo nº 192203/2022, localizado no Município de Miranda do Norte - MA.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO
PRÓ-REITORIA DE PLANEJAMENTO, GESTÃO E TRANSPARÊNCIA

GOVERNO FEDERAL
BRASIL
UNião e RECONSTRUÇÃO

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
AVISO DE REABERTURA

Modalidade de Licitação: Pregão Eletrônico nº 10/2023 - UFMA.

Objeto: O objeto da presente licitação é a eventual aquisição de equipamentos eletro industriais / mobiliário geral e produtos de copa e cozinha, visando atender as necessidades desta UFMA.

Dia: 17/05/2023 **Horário:** 10:00h - horário de Brasília

Local: www.gov.br/compras/pt-br

Valor Global: R\$ 565.218,05

O Edital completo encontra-se à disposição dos interessados no Portal de Compras do Governo Federal - COMPRASNET, no endereço www.gov.br/compras/pt-br. Podendo, alternativamente, ser consultado no endereço eletrônico <https://portais.ufma.br/PortalProReitoria/ppgt/>

São Luís, 04 de Maio de 2023
VITOR DAVI BARROS DE SOUZA
Pregoeiro Federal

EMPRESA MARANHENSE DE SERVIÇOS HOSPITALARES
COMISSÃO SETORIAL DE LICITAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO

LICITAÇÃO ELETRÔNICA Nº 113/2023- CSL/EMSERH

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 248.623/2022 - EMSERH

OBJETO: Contratação de empresa especializada na prestação de Serviços Laboratoriais em Análises Clínicas para atender as necessidades da Policlínica de Açailândia, administrado pela EMSERH.

CRITÉRIO DE JULGAMENTO: MENOR PREÇO POR LOTE

DATA DA SESSÃO: 30/05/2023, às 09h00min, horário de Brasília.

Local de Realização: Sistema Licitações-e (www.licitacoes-e.com.br)

Edital e demais informações estão disponíveis em www.emserh.ma.gov.br e www.licitacoes-e.com.br.

Informações adicionais serão prestadas na CSL/EMSERH localizada, na Av. Borborema, Qd-16, nº 25, Bairro do Calhau, São Luís/MA no horário de 09h00min às 12h00min e das 14h00min às 18h00min de segunda a sexta, pelos e-mails csl.emserh.ma@gmail.com e/ou marcioliveira.emserh@gmail.com ou pelo Telefone (98) 3235-7333.

São Luís (MA), 02 de maio de 2023.

Márcia Joyce Oliveira Bizerra
Agente de Licitação da CSL/EMSERH
Mat. nº 12.478

CAIXA

MINISTÉRIO DA FAZENDA

GOVERNO FEDERAL
BRASIL
UNião e RECONSTRUÇÃO

AVISO DE VENDA

Edital de Leilão Público nº 3075/0223-CPA/RE - 1º Leilão e nº 3076/0223 CPA/RE - 2º Leilão

A CAIXA ECONÔMICA FEDERAL - CAIXA, por meio da CN Manutenção de Bens, torna público aos interessados que venderá, pela maior oferta, respeitado o preço mínimo de venda, constante do anexo II, deste Edital, no estado físico e de ocupação em que se encontra(m), imóvel (s) recebido (s) em garantia, nos contratos inadimplentes de Alienação Fiduciária, de propriedade da CAIXA. O Edital de Leilão Público - Condições Básicas, do qual é parte integrante o presente aviso de Venda, estará à disposição dos interessados de 02/05/2023 até 31/05/2023, no primeiro leilão, e de 09/06/2023 até 15/06/2023, no segundo leilão, em horário bancário, nas Agências da CAIXA em todo território nacional e no escritório da leiloeira Sra. ALINE FREITAS BASTOS MARQUES DE ALMEIDA, Av. Rio Branco, 151, Sala 502, Centro, Rio de Janeiro - RJ, CEP 20040-006, (21) 2508-7007 / (21) 2509-2147 e atendimento de segunda a sexta das 9h às 17h, site: www.alinemarquesleiloeira.leil.br. O Edital estará disponível também no site: www.caixa.gov.br/movveis/caixa. O 1º Leilão realizar-se-á no dia 01/06/2023, às 10h (horário de Brasília), e os lotes remanescentes, serão ofertados no 2º Leilão no dia 16/06/2023, às 10h (horário de Brasília), ambos exclusivamente no site do leiloeiro www.alinemarquesleiloeira.leil.br.

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO - CN MANUTENÇÃO DE BENS

CAIXA

MINISTÉRIO DA FAZENDA

GOVERNO FEDERAL
BRASIL
UNião e RECONSTRUÇÃO

AVISO DE VENDA

Edital de Leilão Público nº 3077/0223-CPA/RE - 1º Leilão e nº 3078/0223 CPA/RE - 2º Leilão

A CAIXA ECONÔMICA FEDERAL - CAIXA, por meio da CN Manutenção de Bens, torna público aos interessados que venderá, pela maior oferta, respeitado o preço mínimo de venda, constante do anexo II, deste Edital, no estado físico e de ocupação em que se encontra(m), imóvel (s) recebido (s) em garantia, nos contratos inadimplentes de Alienação Fiduciária, de propriedade da CAIXA. O Edital de Leilão Público - Condições Básicas, do qual é parte integrante o presente aviso de Venda, estará à disposição dos interessados de 05/05/2023 até 04/06/2023, no primeiro leilão, e de 15/06/2023 até 19/06/2023, no segundo leilão, em horário bancário, nas Agências da CAIXA em todo território nacional e no escritório do leiloeiro Sr. VIRIATO DOMINGUES CRAVO, Rua Dr. José Peroba, 149, SI 302, Centro Comercial Eldorado, Stiep, Salvador/BA, CEP: 41770-235, Fones (71) 99165-0099 (71) 98111-6788 e atendimento de segunda a sexta das 8:30 às 17:30h, site: www.cravoleiloes.com.br. O Edital estará disponível também no site: www.caixa.gov.br/movveis/caixa. O 1º Leilão realizar-se-á no dia 05/06/2023, às 10h (horário de Brasília), e os lotes remanescentes, serão ofertados no 2º Leilão no dia 20/06/2023, às 10h (horário de Brasília), ambos exclusivamente no site do leiloeiro www.cravoleiloes.com.br.

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO - CN MANUTENÇÃO DE BENS

SÍTIO NOVO

Assalto a banco deixa mortos e feridos

PATRICIA CUNHA

Moradores de Sítio Novo, município maranhense distante 690 km de São Luís, vivenciaram uma madrugada de pânico, na última quinta-feira (4), quando bandidos armados tocaram o terror na cidade, na tentativa de roubo a uma agência do Banco Bradesco, fez pessoas reféns e balearam quatro pessoas. Quatro integrantes da quadrilha foram baleados e mortos, durante o confronto.

A ação dos bandidos, que efetuaram vários disparos de arma de fogo, assustou moradores. Vídeos gravados também mostram que eles espalharam artefatos na estrada em Amarante do Maranhão, que fica próximo a Sítio Novo, para provavelmente furar pneus e atrapalhar quem se dirigisse ao município.

De acordo com os levantamentos preliminares da Secretaria de Segurança Pública do Maranhão, os suspeitos não conseguiram efetuar a ação criminosa. “Durante a fuga, o grupo fez reféns e, em confronto com a polícia, três pessoas foram atingidas, sendo imediatamente socorridas

e levadas para hospitais da região. Um policial militar também foi alvejado com um tiro e encaminhado para uma unidade de saúde”, informou a SSP.



Além disso, quatro integrantes da quadrilha acabaram sendo baleados e mortos e outros três ou cinco estão fo-

ragidos, de acordo com a SSP. A Polícia também apreendeu armas e segue com ações no município e região para efetuar as prisões.

A SSP-MA informou a O Imparcial, que policiais militares, com o apoio do Centro Tático Aéreo (CTA), realizam buscas pelos suspeitos. Equipes do Departamento de Combate a Roubo à Instituições Financeiras (DCRIF), Grupo de Operações Especiais (GOE) foram deslocadas para a região.

Durante a fuga, o grupo fez reféns e, em confronto com a polícia, três pessoas foram atingidas, sendo imediatamente socorridas e levadas para hospitais da região

Outras ocorrências que aconteceram no estado

Em novembro do ano passado, outro crime foi registrado na agência do Bradesco de Sítio Novo. Criminosos armados assaltaram o banco e fizeram reféns funcionários e clientes que estavam na agência. De acordo com informações da polícia, os assaltantes chegaram ao local usando armas de grosso calibre e conseguiram render os funcionários e clientes que estavam na agência.



Em seguida, o grupo roubou malas de dinheiro do banco e fugiram em um veículo, modelo Fiat Strada. Na fuga, levaram 2 funcionários, entre eles o gerente da agência, ambos liberados em seguida.

Neste ano de 2023 outras ações criminosas acabaram com explosão em agências bancárias. Na madrugada do 6 de abril, bandidos explodiram uma

agência bancária do Bradesco na cidade de São Vicente de Férrer, a 275 km de São Luís. Segundo informações da polícia, após a ação, os criminosos fugiram levando reféns, que foram soltos em uma estrada em seguida. Apesar da explosão, os bandidos não conseguiram levar nenhuma quantia em dinheiro. Porém, a agência ficou completamente destruída após a explosão.

Na madrugada do dia 7 de fevereiro, criminosos explodiram também uma agência bancária do Bradesco, no município de Vila Nova dos Martírios, a 663 km da capital maranhense.

Segundo informações da Polícia Civil do Maranhão (PC-MA), participaram da ação criminosa cerca de cinco homens. Mesmo com a explosão, os suspeitos não conseguiram levar nenhum dinheiro.

13 ocorrências em 2022

Em 2022, de acordo com informações da Polícia Civil do Maranhão, foram contabilizadas 13 ocorrências de crimes praticados contra instituições financeiras, que incluem roubo com ou sem explosivos, tentativas de assalto, arrombamentos e saidinhas bancárias. Desses dados, 1 foi assalto; 5 arrombamentos/explosões; 6 saidinhas; 1 tentativa (assalto, arrombamento, saidinha).

Em 2021, foram registradas 15 ocorrências de crimes praticados contra instituições financeiras. De acordo ainda com a Polícia Civil, em 2021 foram efetuadas 47 prisões

referentes a esses crimes. Em 2022, 45, incluindo dois integrantes de quadrilha especializada em saidinha bancária, com roubos avaliados em mais de R\$ 300 mil.



Ocorrências no Maranhão em 2022

- **Assalto**
Sítio Novo – Ag. Bradesco (29.11)
- **Arrombamentos/ Explosões de Agências**
Alto Alegre do Pindaré – Bradesco (02.02)
Penalva – Bradesco (26.02)
Balsas – Caixa (28.04)
Joselândia – Bradesco (09/06)
Olho D'Água das Cunhãs – Banco do Brasil (26.12)
- **Saidinhas Bancárias**
São Luís – Ag. Bradesco (05.01)
São Luís – Caixa Econômica (11.04)
São José de Ribamar – Bradesco (11.05)
São Luís – Banco do Brasil (16.05)
Vargem Grande – Bradesco (13.09)
Rosário – Banco do Brasil (19.12)

ITINGA

Polícia Federal combate pornografia infantil no Maranhão



A Polícia Federal deflagrou, por meio da Delegacia da PF de Imperatriz, a Operação Non Abscondes, dando cumprimento a um mandado de busca e apreensão expedido contra um homem que seria responsável pelo envio/compartilhamento de material pornográfico infanto-juvenil em um grupo de conversa no aplicativo WhatsApp destinado à pornografia/abuso sexual, o qual possui como integrantes indivíduos com diversos números telefônicos com DDI's estrangeiros (dentre os quais, o do administrador do grupo com DDI de um país africano).

O mandado foi cumprido no município de Itinga do Maranhão, localizado no interior do estado, ocasião em que foram coletados objetos relacionados ao feito que servirão como elementos necessários à prova do crime em apuração. A operação foi coordenada pelo DPF Felipe Coimbra (DPF/ITZ/MA).

O delito foi praticado, em tese, por um indivíduo do sexo masculino residente no local do cumprimento do mandado de busca e apreensão. Há de se destacar que, em relação aos fatos, também foram coletadas informações reportadas à Polícia Federal pela ONG NCMEC (National Center for Missing and Exploited Children), a qual analisa dados repassados pelos prestadores de serviços de conexão/internet envolvendo suspeita de exploração sexual infantil que trafeguem em suas redes. Com base em tais dados, a Autoridade Policial representou perante a Justiça Federal e foram deferidas as medidas cautelares cumpridas em 03/05/2023 visando a coleta de elementos de prova da autoria e materialidade delitiva.

O homem é suspeito, por ora, da prática do crime de publicação de cenas de sexo explícito ou pornográfica envolvendo criança/adolescente, cuja pena pode chegar a seis anos de reclusão.

As investigações irão prosseguir com a análise do material constante na mídia apreendida pela equipe policial no intuito de coletar elementos probatórios relacionados ao crime investigado, bem como a identificação de eventuais outras condutas criminosas congêneres.

O nome da operação em latim significa “não ocultará”, termo este que faz alusão a casuística relacionada ao feito, qual seja, combate ao compartilhamento/armazenamento de pornografia infantil empregada por meios de disseminação de informações acessíveis internacionalmente.

O termo visa demonstrar que a instituição Polícia Federal está sempre atenta no combate a delitos taxados pela sociedade como de difícil identificação de autoria em razão do modus operandi utilizado (web/ espaço virtual).

EM BARREIRINHAS

Justiça paralisa construção de ponte

O Ministério Público Federal (MPF) obteve decisão liminar na Justiça Federal para paralisar a construção de ponte sobre o Rio Preguiças, no Maranhão, com o objetivo de ligar o município de Barreirinhas ao Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses (PNLM). As licenças concedidas para a obra foram suspensas em razão da deficiência de estudos ambientais e da falta de autorização pelo Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio). A continuidade do empreendimento, que pode trazer sérios impactos ao Parque Nacional, dessa forma, depende da regularização do processo de licenciamento ambiental.

Atualmente, o acesso ao Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses é feito por Barreirinhas, atravessando o Rio Preguiças por balsa, em trajeto que liga a margem direita do rio à esquerda, onde se situa a zona de amortecimento da unidade de conservação. A ponte, além de atingir diretamente a zona de amortecimento, em uma das margens do rio onde será edificada, trará reflexos diretos ao Parque Nacional após sua instalação.

Segundo a ação proposta pelo MPF,

a obra foi inicialmente planejada pela Prefeitura Municipal de Barreirinhas, que chegou a contratar a elaboração de estudos ambientais. Posteriormente, o projeto foi assumido pelo governo estadual, sendo o licenciamento ambiental conduzido pela Secretaria Estadual de Meio Ambiente do Maranhão (Sema), em violação à Lei 9.985/2000, que impõe a realização de licenciamento por órgão federal (art. 36, §3º), no caso, pelo ICMBio.

Além disso, foram apontadas deficiências nos estudos ambientais apresentados, especialmente quanto à previsão de danos e de medidas mitigatórias após a conclusão do empreendimento, em decorrência do maior fluxo de pessoas e veículos que a ponte ocasionará, sem que tivessem sido acordadas medidas com o ICMBio para ordenar a ampliação do acesso.

Sobre isso, o ICMBio oficiou diversas vezes à Secretaria Estadual de Meio Ambiente quanto à exigência de licenciamento federal e da necessidade de retificações e complementações dos estudos, que se restringiam a analisar os impactos relacionados à instalação da obra, no entanto, as exigências não foram atendidas pelo órgão es-

tadual. Apesar de diversos posicionamentos do órgão ambiental, foram expedidas licenças – prévia e de instalação – e foi autorizada a supressão de vegetação nas margens do Rio Preguiças, na zona de amortecimento do PNLM.



Licenças não tem a autorização do órgão



Para o MPF, essas licenças são viciadas por não terem a autorização do órgão que administra a unidade de conservação e não terem considerado os impactos da ponte sobre o Parque Nacional na sua fase de operação. “Por mais valiosa seja uma atividade econômica, inclusive as voltadas à infraestrutura viária e ao turismo, deve ela ser avaliada e ajustada em função dos múltiplos impactos sócio-econômico-ambientais que poderá causar, por meio do licenciamento ambiental”, afirma trecho do parecer.

De acordo com relatórios técnicos do ICMBio, a obra resultará em um maior fluxo de pessoas e veículos, e ocasionará na expansão urbana e na promoção de atividade turística ilegal, entre outros reflexos, o que poderá impactar de forma substancial os atributos ecológicos e paisagísticos da região, pois é previsto aumento acen-

culos.

Ao decidir sobre o caso, a 8ª Vara Federal do Maranhão entendeu que a situação pode gerar grave e irreversível dano ambiental. Além de suspender as licenças, foi ordenada a paralisação das obras de construção da ponte até a regularização de licenciamento ambiental junto ao ICMBio. Em caso de descumprimento da decisão, a Justiça Federal determinou a aplicação de multa no valor de R\$ 100 mil por dia.

Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses – O PNLM abrange os municípios de Primeira Cruz, Santo Amaro do Maranhão e Barreirinhas, totalizando 155 mil hectares de extensão. O principal atributo da unidade é o campo de dunas livres e lagoas de água doce, que atraem em torno de 150 mil visitantes ao ano. A unidade de conservação federal abriga espécies ameaçadas de extinção como o ga-

to-do-mato (*Leopardus tigrinus*), gato-mourisco (*Herpailurus yagouaroundi*), tartaruga pininga (*Trachemys adiutrix*), peixe-boi-marinho (*Trichechus manatus*), entre outros. A grande beleza cênica e atratividade turística têm levado, no entanto, a uma crescente especulação imobiliária e desenvolvimento da região.

A zona de amortecimento do PNLM foi instituída pelo plano de manejo em 2003, aprovado pela Portaria do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) 48/2003, portanto, tem validade para fins de licenciamento ambiental. O empreendimento incide também sobre a Área de Proteção Ambiental da Foz do Rio Preguiças-Pequenos Lençóis-Região Lagunar Adjacente, unidade de conservação estadual sob responsabilidade da Secretaria Estadual de Meio Ambiente.

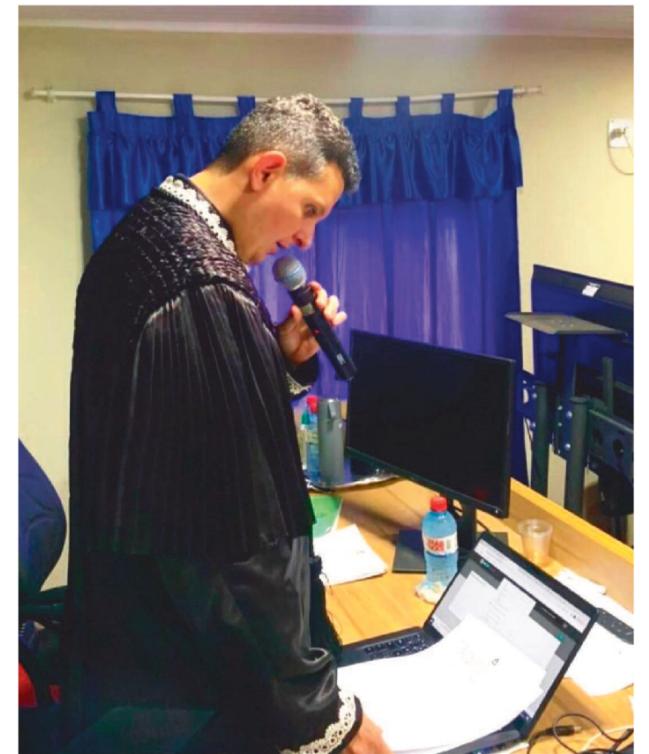
12 ANOS DE CADEIA

Tribunal do Júri condena homem que matou rival após emboscada

A Vara de Mirinzal realizou sessão de julgamento do Tribunal do Júri Popular, no dia 26 de abril, em que o foragido da Justiça, identificado como Rafael P. D., foi condenado pelo homicídio de um homem, por emboscada, em 11 de agosto de 2017.

O julgamento começou às 9h, na Câmara Municipal. O Ministério Público, responsável pela acusação, pediu a condenação do acusado pela prática do crime de “homicídio qualificado” – matar alguém, por traição, emboscada, ou de forma que dificulte ou torne impossível a sua defesa.

A defesa do réu concordou com a condenação do acusado, mas defendeu a pena mínima e com o reconhecimento da confissão espontânea do réu.



Segundo o processo, no dia 11 de agosto de 2017, Muller F. S. F, conhecido como “Manico” – a vítima -, estava com alguns amigos no bar do Paraguaçu, em Mirinzal, quando Rafael P. D. – o réu – conhecido como “Filho de Picolé”, chegou, querendo chamar a atenção e tentando provocar a vítima.

Sem sucesso, o réu se dirigiu até a casa da testemunha Rafael M. J. F. e passou a aguardar a chegada de Muller para, em seguida, atirar na vítima, causando vários ferimentos na região do tórax, que causaram a sua morte, conforme informações do exame do cadáver.

A testemunha Rafael afirmou, na audiência criminal, que ao chegar em casa com Muller viu o momento em que o acusado disparou contra a vítima com uma espingarda. Segundo a testemunha, a vítima desceu primeiro do carro e ficou lhe esperando na porta da casa, momento em que o réu saiu de um terreno com matagal, em frente à sua casa, e atirou.

Outra testemunha Mery L. S. afirmou que a vítima e o denunciado tinham um desentendimento antigo e, por isso, Rafael passou a ameaçar Muller constantemente.

A denúncia do Ministério Público foi instruída com o Inquérito Policial da Delegacia de Polícia Civil de Mirinzal.

Julgamento pelo Tribunal do Júri Popular

Em 9 de setembro do ano passado, o juiz Humberto Alves Júnior determinou a realização do julgamento do caso pelo Tribunal do Júri Popular e a manutenção da prisão preventiva do réu, que se encontra foragido.

Rafael P. D. foi levado a julgamento no Tribunal do Júri Popular, como implicado nas penas pelo crime de homicídio, agravado pelos resultados. Após os votos dos jurados, o réu foi condenado a cumprir pena de 12 anos de reclusão, em regime fechado.

A sessão foi realizada com a participação do promotor de justiça Frederico B. Joviano dos Santos e o advogado do réu, Jairo I. França Marques.

Happy Hour em Família

A OAB/MA, por meio da ESA/MA, IBD-FAM e CAAMA, promovem mais uma edição do Happy Hour em Família. O objetivo do evento é congrega a advocacia familiarista, bem como estudantes e profissionais que se afeiçoam às temáticas do Direito das Famílias. As inscrições estão abertas, são gratuitas e podem ser feitas pelo site da ESA/MA! O evento está marcado para o dia 17 de maio, a partir das 18h30, na sede da OAB/MA.



Economia Solidária

O Plenário Simão Estácio da Silveira acolheu na tarde dessa quarta-feira (3), a audiência pública "Economia Solidária: um modelo econômico como estratégia de desenvolvimento sustentável". De iniciativa do Coletivo Nós (PT), o evento marcou as discussões e a luta pela municipalização da economia solidária em São Luís. O tema é estratégico no combate à fome e na geração de renda.

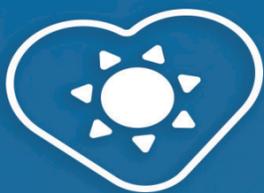
A diretora-geral do Instituto Estadual de Educação, Ciência e Tecnologia do Maranhão (IEMA), Cricielle Muniz (na foto ladeada por duas alunas), está radiante com o sucesso do Dia da Camisa Rosa, ação antibullying e cyberbullying promovida pela instituição. A ideia era ter um dia inteiro para combater o bullying no ambiente escolar. A ação foi realizada nesta quinta-feira (4), em todas as unidades do instituto espalhadas pelo estado, como explicou a diretora-geral do IEMA, Cricielle Muniz. "É visa trazer e promover, sobretudo, um ambiente de paz e de igualdade entre os nossos alunos, contra o preconceito e contra qualquer tipo de reconhecimento", detalha Cricielle.



A humorista Nany People segue em turnê pelo Brasil com o solo de stand up comedy "TsuNany". No dia 20 de maio (sábado) será a vez de São Luís receber Nany para única apresentação, no Arthur Azevedo, às 21h. No palco, Nany relata de maneira divertida os diversos "mal-sucedidos hábitos" da vida moderna como a cirurgia plástica sem limites, os exercícios físicos em excesso, entre outros.



Mais uma vez, a UFMA é destaque nacional, com trabalhos acadêmicos e científicos de reconhecimento. Os mestres pelo Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Comunicação – Mestrado Profissional da UFMA, Jeyciane Elizabeth Sá e Jefferson Lima de Sousa concorrem a premiações da Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Comunicação e da Intercom, respectivamente.



VALPARAÍSO:

TODOS OS MOTIVOS PARA

AMAR!



Compre seu ingresso em:

www.valparaisoadventurepark.com.br

VALPARAÍSO
adventure park

São Luís, sexta-feira, 5 de maio de 2023

BRASÍLIA

Maranhenses conquistam pódio na Copa Brasil de Squash

O Maranhão brilhou na Copa Brasil de Squash, realizada de 28 de abril a 1º de maio, em Brasília. No maior torneio de Squash do Brasil, mesmo tendo a menor delegação estadual da competição, formada pelos atletas do Sports Village, o Maranhão foi pódio em diversas categorias: Ygor Pires foi campeão na sub-30; Maria Carolina Dualibe foi campeã na 6ª classe e vice no sub -15; e Ândrea Goulart foi vice-campeã da classe máster.



Importante destacar ainda que, na semana anterior à Copa Brasil de Squash, os atletas maranhenses já tinham conquistado pódio em outra competição nacional: o Nordeste de Squash, realizado em abril, em João Pessoa-PB. Nessa competição, atleta Ândrea Goulart foi campeã da 1ª Classe Nordeste. A outra maranhense na disputa, Maria Carolina foi campeã da 2ª Classe Nordeste e atleta desta competição.



Para André Goulart, atleta maranhense, é um grande orgulho representar o seu Estado em competições de nível tão elevado e mostrar a força do Squash maranhense nos eventos nacionais. "Para todos nós é muito gratificante representar nosso Estado em competições nacionais do squash, um esporte que amamos. Já temos um bom tempo batalhando nessa modalidade e os resultados estão aí, como mostramos na Copa do Brasil e no Nordeste, conquistas que confirmam que o nível do squash maranhense vem crescendo a cada ano". Destaca Ândrea Goulart, vice-campeã da classe máster, na Copa Brasil de Squash.

Os resultados expressivos dos maranhenses em competições nacionais de Squash mostram o crescimento do esporte no Estado. Em São Luís, a prática do Squash é amplamente difundida no Complexo Esportivo Sports Village, maior complexo esportivo do Norte e Nordeste que conta com X quadras para o esporte, além de professores especializados na modalidade.

A temporada dos maranhenses no Squash está apenas começando. Pelo Nordeste, nossos representantes vão brigar ainda por títulos em outras 4 etapas e eles já retomaram a preparação para voltar à quadra este mês, na etapa de Natal, de 19 a 21.

A briga por troféus no regional segue em casa, na etapa Maranhão (8 a 10 de junho) e tem ainda, na sequência, disputa no Recife (22 a 24 de setembro) e Ceará (2 a 4 de novembro).

SÉRIE B

Sampaio já entrou na zona da degola

Vitória do Juventude-RS sobre o Guarani-SP empurrou o representante maranhense para 17ª posição na Série B do Brasileiro. Jogo de sábado vira confronto direto

NERES PINTO

Os resultados do meio da quarta-feira à noite foram ruins para o Sampaio Corêa, que entrou na zona do rebaixamento, ocupando a 17ª posição. O Juventude-RS derrotou o Guarani-SP e agora tem quatro pontos, dois a mais que os tricolores, que agora terão a missão de inverter a situação no próximo confronto entre as duas equipes.

Satisfeito com o rendimento do setor defensivo no jogo anterior (em Alagoas) contra o CRB, o técnico Evaristo Piza estuda a possibilidade de manter o trio formado por Gustavo Henrique, Gabriel Furtado e Fábio Aguiar para enfrentar o Juventude-RS neste sábado, às 18h15, no Nhozinho Santos. Tão logo a delegação retornou a São Luís na quarta-feira, o preparador boliviano não quis adiantar tal opção, mas pelo menos dois zagueiros justificaram plenamente suas es-

calações: Gabriel Furtado e Gustavo Henrique.

A opção por deixar o capitão Joécio no banco deve-se ao desgaste físico que o "Magro de Aço" vem sofrendo devido a longa sequência de jogos que o atleta vem cumprindo desde o Estadual. O Tricolor tem ainda algumas dúvidas no meio de campo e no ataque. Em Maceió, jogaram Luís Otávio, Neto Paraíba e Marcinho; Pimentinha, Ytalo e Vitinho. Mesmo tendo feito uma partida razoável, este último pode voltar ao banco de reservas e ceder a vaga para Matheus Martins, que tem características mais ofensivas. Vitinho, porém, leva vantagem por já ter atuado como lateral-esquerdo e, taticamente, ser importante para ajudar o ala-esquerdo na marcação. O Sampaio terá um desfalque na sua lateral-direita, onde Matheus Pivô saiu lesionado no jogo do Estádio Rei Pelé. Marcos Ytalo deverá ser o substituto.

Evaristo Piza esteve observando o Juventude na partida de quarta-feira à noite, quando a equipe gaúcha en-

frentou o Guarani-SP, em Caxias do Sul-RS. Fez suas anotações e começou a planejar o melhor esquema tático a ser adotado.



SÉRIE D

MAC praticamente pronto para estreiar



Tendo como equipe base o grupo que conquistou o Estadual, com poucos reforços (cinco), o Maranhão Atlético está praticamente pronto para estreiar na Série D do Campeonato Brasileiro. O jogo será contra o Atlético-CE, às 16h, no Estádio Nhozinho Santos.

Com bastante tempo para se preparar, visando fazer boa campanha na competição, o técnico Zé Augusto manteve a maioria do elenco campeão como titular. Também fez algu-

mas experiências com os novatos. Ele tem dito que está consciente de que vai mandar a campo a melhor formação do momento.

Inicialmente, durante este período, o preparador campeão maranhense optou por não mexer na defesa, mas teve algumas dúvidas do meio de campo para frente. A formação inicial poderá ser esta: Moisés; Franklin, Leone, Maicon e Gabriel Fontes; Cavi, Vander e Jorge; Rafael (ou Rodriguinho), Giliarde (ou Daniel Passira) e Fabrício. Estas dúvidas serão dirimidas após o coletivo desta sexta-feira.

Taticamente, Zé Augusto é adepto do 4-3-3, e como a equipe joga em casa, este esquema, que foi bem sucedido no campeonato, deverá permanecer. O preparador maqueano também tem se empenhado em obter informações sobre o estilo de jogo do Atlético-CE e já conhece alguns pontos fracos e fortes do adversário.

Como o clube optou pelo Municipal para a realização de seus jogos nesta Série D, o gramado, apesar de já bastante conhecido pelos atleticanos, que lá disputaram alguns jogos do Estadual, voltou a ser testado nos últimos dias. As condições não são as melhores, prejudicando, notadamente, o time que tem por melhor prática o toque de bola.

Os jogadores atleticanos também se mostram bastante otimistas. Por meio das redes sociais do clube, o goleiro Moisés manifestou-se esta semana. "Se Deus quiser, a gente vai fazer uma boa estreia e buscar essa vitória em casa, a gente sabe que é importante pontuar em casa na Série D. Estamos nos preparando muito bem e

creio que vamos fazer um bom jogo em busca dos três pontos", afirmou Moisés. (N.P)



Se Deus quiser, a gente vai fazer uma boa estreia e buscar essa vitória em casa, a gente sabe que é importante pontuar em casa na Série D

TURISMO

Destinos maranhenses serão divulgados na BNT Mercosul

Considerada uma das mais tradicionais feiras do segmento turístico no Brasil, a BNT Mercosul conta com um estande da Setur-MA com 50 metros quadrados

A Secretaria de Estado do Turismo (Setur-MA), por meio da Superintendência de Promoção, Marketing e Eventos, irá participar de mais uma edição da BNT Mercosul, que será realizada nos dias 5 e 6 de maio, em Balneário Camboriú, Santa Catarina.

Considerada uma das mais tradicionais feiras do segmento turístico no Brasil, a BNT Mercosul conta com um estande da Setur-MA com 50 metros quadrados, onde serão apresentados e divulgados os principais destinos turísticos dos três polos indutores maranhenses: São Luís, Chapada das Mesas e Lençóis e Delta.

Durante os dois dias de evento, a Superintendência de Promoção, Marketing e Eventos da Setur-MA irá realizar quatro capacitações para agentes de viagens, com foco na comercialização dos destinos maranhenses.

Além da apresentação dos principais destinos turísticos maranhenses, será divulgado também material promocional com informações desses

destinos, com o objetivo de fortalecer as relações comerciais com o mercado do turismo no país.

Para essa edição da BNT Mercosul, foram selecionados, em conjunto com o Sebrae-MA, três empresários do setor turístico que irão participar das Rodadas de Negócios, dando suporte e apoio à comercialização do destino Maranhão.

BNT Mercosul

O evento reúne profissionais de turismo para realizar negócios entre fornecedores e compradores do Brasil e da América do Sul, bem como divulgar destinos, fechar negócios e fazer contatos comerciais. Além da feira, que irá reunir cerca de 90 estandes, com a presença confirmada de mais de 350 marcas, o evento conta com duas atividades principais: capacitações e Rodada de Negócios.

A Rodada, por exemplo, é um momento focado em networking e com acesso restrito, em que os expositores fazem contato com algumas das prin-

cipais operadoras do Mercosul em reuniões cronometradas e mediadas pela equipe BNT Mercosul.

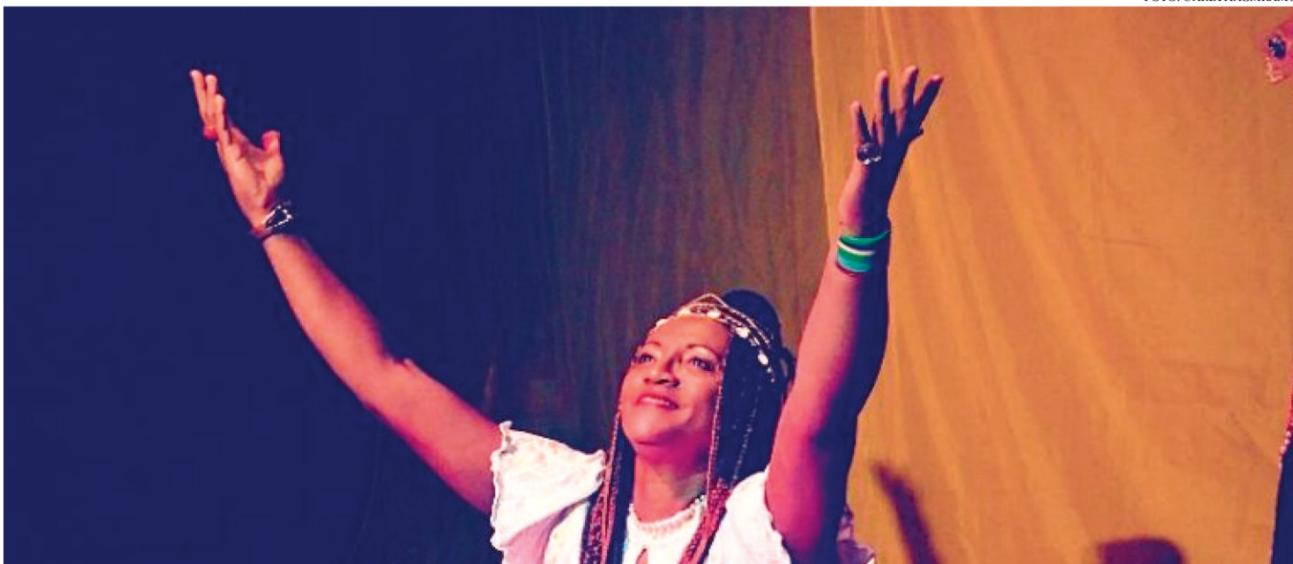
Já nas Salas de Capacitação, expositores realizam apresentações periódicas exclusivamente para agentes de viagens, que qualificam e preparam o profissional para o contato com o consumidor final. O Maranhão está entre um dos destinos com apresentação confirmada.



"SARAU DE BAILADOS"

Rosa Reis faz show de lançamento de novo álbum

FOTO: @ARETHACMRAMOS



O SARAU DE BAILADOS, CRIADO E REALIZADO POR ROSA REIS, FUNCIONA COMO UM ESQUENTA PARA AS FESTAS JUNINAS DE SÃO LUÍS

Sarau de Bailados é um evento com interação de música e dança das tradições populares maranhenses com o público presente. É uma grande festa pra envolver e fazer o público se sentir parte integrante do espetáculo. Rosa Reis comandará nesta sexta-feira, 5, às 21h, no Casarão Laborarte, o sarau com show de canções e ritmos da música tradicional do Maranhão, sotaques de Bumba Boi, Côco, Lelê, Cacuriá, Mina, Tambor de Crioula, Quadri-lha.

A festa de lançamento do álbum Sarau de Bailados nas plataformas digitais de música terá também forró com Andrezinho do Acordeon.

O espetáculo é dançante, embalado pela sonoridade dos tambores, pandeiros, zabumbas e caixas do di-

vino em harmonia com instrumentos de cordas, metais e flauta. No palco as dançarinas Luana Reiks e Deuzima Serra reproduzem os bailados tradicionais das canções apresentadas e interação com o público presente envolvendo estes nas coreografias levando-os a fazerem parte do espetáculo, através da música, dança e canto.

Rosa Reis e o novo álbum

As canções do álbum "Sarau de Bailados" são resultados de convivências com mestres, brincantes e festas populares da ilha de São Luís.

O evento, Sarau de Bailados, criado e realizado desde maio de 2010, pela cantora Rosa Reis, funciona como um esquentão, um garnicê para as festas

juninas de São Luís que acontecem no mês de junho.

Com tema nas tradições populares, já passou por vários ritmos e bailados desde a ciranda e maracatu em Pernambuco, o Jongo no Rio de Janeiro até o Lelê, côco, bumba boi, divino, cacuriá, tambor de crioula e outros ritmos brasileiros.

É uma festa com show musical de Rosa Reis e dança participativa com o público presente.

O Álbum Sarau de Bailados com 11 músicas, faz um registro dos ritmos que embalaram as noites do Sarau, e tem como finalidade divulgar o trabalho musical da cantora Rosa Reis e dar visibilidade as manifestações tradicionais do Maranhão, grupos, mestres, compositores, músicos e brincantes.

ESTREIA NO CINEMA

Os esquisitões da Marvel estão de volta em Guardiões da Galáxia

Em dois filmes com o lastro de qualidade da Marvel, US\$ 1,6 bilhão de lucro. Com esse feito, o diretor e roteirista James Gunn comanda Guardiões da galáxia Vol. 3, atração estreou nesta quinta-feira (4/5) nos cinemas.

Em meio à exploração da imagem de seres cósmicos de poder ilimitado, Gunn reproduziu a jornada de hábeis saqueadores unidos na rebarba do contato com entidades celestiais prontas à intervenção no cotidiano terrestre.



O terceiro capítulo do destino dos heróis nada convencionais comandados por Senhor das Estrelas, ou melhor Peter Quill (Chris Pratt), chega com anunciado gosto de desfecho.

Depois de uma ruidosa demissão, e um primeiro passeio pela concorrente da Marvel, a DC (para quem fez o exitoso O esquadrão suicida, de 2021), James Gunn encara o retorno breve e triunfal para a empresa eternamente associada à figura de Stan Lee. Foi justo desviando de fórmulas saturadas das fitas de heróis que Gunn afirmou o potencial dos Guardiões que, num primeiro filme, há quase 10 anos, esbanjaram um carisma inesperado junto aos espectadores. Entre os desvios, nomes raros (de personagens) e formas estranhas tomaram a tela de assalto.

Exemplo disso estará no terceiro volume da franquia, em que, detentor do controle da gravidade, movido por maldade desmedida e uma ideia fixa de trazer perfeição ao universo, a partir de experimentos genéticos e métodos abusivos, o vilão Alto Evolucionário (Chukwudi Iwuji) promete brilhar como entidade a ser combatida pelos justiceiros que foram fundamentais em filmes como Vingadores: Guerra infinita (2018) e Vingadores: Ultimato (2019). Todos mudaram os rumos de um dos elementos fundamentais à trajetória das adaptações da Marvel na telona: o destino de uma das joias do infinito, preciosidade que colocou o universo em risco.

Quase seis anos depois da segunda aventura, os protagonistas estabelecidos em Luganenheim terão outro aparente arqui-inimigo pela frente: Adam Warlock (Will Poulter), criado como o Feiticeiro de ilimitado poder pelo grupo chamado de Os Soberanos, tornado rival dos Guardiões da Galáxia, no segundo filme. Superados os desentendimentos entre as geniosas Gamora (Zoe Saldana) e Nebulosa (Karen Gillan), a filha do incomparável Thanos, e que no novo filme promete estar muito mais presente, no ambiente familiar consolidado pela agora mais confiante Mantis (Pom Klementieff). Ao lado do personagem de Dave Bautista Drax, promete estravar na função mais cômica. Enquanto ela conquista maior confiança entre o grupo, Drax se esforçará no ajuste de todos ao ambiente de Luganenheim.

Além do amadurecimento na vida de alguns tipos, uma fragilidade ficará aparente com a entrada em cena de uma diferenciada Gamora (que, a grosso modo, tem parte da memória apagada) — uma realidade que enfraquece o personagem de Chris Pratt e ameaça a cisão do grupo.

Depois de um encontro coletivo com a morte, e que foi revertido pela mirabolância dos roteiristas da Marvel, o grupo de ex-detentos, que já testemunhou dolorosas partidas de personagens como Groot (Vin Diesel) e Yondu (Michael Rooker), nesta terceira parte da franquia está em alerta, diante de um evidente risco de mais uma morte. Desta vez, uma maligna facção vampiriza a energia de um dos mais divertidos personagens de Guardiões da Galáxia: o malicioso, descolado e falante guaxinim Rocket (Bradley Cooper), que, na nova etapa da história, está assombrado por traumáticos eventos do passado. Em contraponto à má fase de Rocket, Groot, numa nova versão, estará mais fortalecido.

São Luís, sexta-feira, 5 de maio de 2023

ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ANAPURUS
SECRETARIA MUNICIPAL DE ORÇAMENTO
CNPJ 06.116.461/0001-00

AVISO DE CANCELAMENTO DE LICITAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 029/2023/SRP. O Município de Anápolis/MA, com BASE LEGAL: Lei nº 10.520/02, Decreto Federal nº 10.024/2019, Decreto Municipal nº 036/2021, Lei nº 123/06, Lei 147/14, Decreto Federal nº 8.538/15, e Decreto Federal nº 7.892/13 e alterações e subsidiariamente no que couber as disposições da Lei nº 8.666/93 e suas alterações. Torna público que FICA CANCELADO, do tipo MENOR PREÇO POR ITEM, Contratação de empresa para prestação dos serviços de lavagem de veículos, bem como, serviços de borracharia para manutenção da frota municipal, de interesse da Prefeitura Municipal de Anápolis/MA, sediada na Av. João Francisco Monteiros, SN, centro, em Anápolis, município do Estado do Maranhão. A sessão pública será no portal <http://www.bnc.org.br>. O Edital e seus anexos estão à disposição no endereço eletrônico <http://www.bnc.org.br> como também por meio do portal da transparência desta prefeitura. Anápolis/MA, 04 de maio de 2023. **ALMIR LIMA DA SILVA**, Pregoeiro.

Prefeitura Municipal de Monção
CNPJ: 06.190.243/0001-16 - Praça Presidente Kennedy, s/nº, Centro Monção/MA
CEP: 65.360-000

AVISO DE REVOGAÇÃO DE LICITAÇÃO. PREGÃO ELETRÔNICO SRP nº 018/2022/CCL/PMM. A Secretaria Municipal de Finanças e Planejamento, no uso de suas atribuições legais e considerando razões de interesse público, decide REVOGAR o PREGÃO ELETRÔNICO SRP nº 018/2022, cujo Objeto é o registro de preços para futura e eventual contratação de pessoa(s) jurídica(s) especializada(s) na execução de serviços de organização, planejamento operacional, acompanhamento e realização de eventos culturais e serviços de cerimonial, visando atender as demandas da Prefeitura Municipal de Monção/MA, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos, pelos motivos de fato e de direito a seguir expostos. De início, ressalta-se que a revogação está fundamentada no art. 49 da Lei Federal nº 8666/93 c/c art. 9º da Lei Federal 10.520/02, na Súmula 473 do Supremo Tribunal Federal e previsto ainda nos itens 72.1 e 110 do edital. Nesse sentido, tendo em vista razões de interesse público decorrente de fato superveniente, necessário que seja a licitação revogada para que se proceda a uma melhor análise de todos os termos do edital, sendo o certame considerado inoportuno ou inconveniente diante de fato superveniente, a fim de que seja a licitação promovida da forma que melhor atenda às necessidades da Administração Pública. A revogação de licitação se utiliza do juízo de discricionariedade, levando em consideração a conveniência do Órgão licitante em relação ao interesse público, sendo medida perfeitamente legal, consoante doutrina e jurisprudência sobre o assunto. Conforme ensina Margal Justen Filho, in verbis: A revogação do ato administrativo funda-se em juízo que apura a conveniência do ato relativamente ao interesse público. No exercício de competência discricionária, a Administração desfaz seu ato anterior para reputá-lo incompatível com o interesse público. (...) Após praticar o ato, a Administração verifica que o interesse público poderia ser melhor satisfeito por outra via. Promoverá, então, o desfazimento do ato anterior. Assim, verificado que o interesse público poderá ser satisfeito de uma forma melhor, incumbe ao órgão licitante revogar a licitação, com o objetivo de sanar as incorreções apresentadas, para promovê-la de uma forma que atenda melhor inclusive os interesses das possíveis empresas interessadas. 1 - A Administração pode anular seus próprios atos, quando evitados de vícios que os tornam ilegais, porque deles não se originam direitos; ou revogá-los, por motivo de conveniência ou oportunidade, respeitados os direitos adquiridos, e ressalvada, em todos os casos, a apreciação judicial. 2 - In Comentários à Lei das Licitações e Contratos Administrativos, 9ª ed., São Paulo, Dialética, 2002, p. 438. Analisando a questão, o Superior Tribunal de Justiça proferiu acórdão em que adota entendimento da possibilidade de revogação das licitações, por razões de conveniência e oportunidade, mesmo após a adjudicação e homologação do certame. Vejamos: RECURSO ORDINÁRIO EM MANDADO DE SEGURANÇA ADMINISTRATIVO. LICITAÇÃO. ANULAÇÃO. RECURSO PROVIDO. 1. A licitação, como qualquer outro procedimento administrativo, é suscetível de anulação, em caso de ilegalidade, e revogação, por conveniência e oportunidade, nos termos do art. 49 da Lei nº 8.666/93 e das Súmulas 346 e 473/STF. Mesmo após a homologação ou a adjudicação da licitação, a Administração Pública está autorizada a anular o procedimento licitatório, verificada a ocorrência de alguma ilegalidade, e a revogá-lo, no âmbito de seu poder discricionário, por razões de interesse público superveniente. Nesse sentido: MS 12.047/DF, 1ª Seção, Rel. Min. Eliana Calmon, DJ de 16.4.2007; RMS 1.717/PR, 2ª Turma, Rel. Min. Hélio Mosimann, DJ de 14.12.1992. (RECURSO EM MANDADO DE SEGURANÇA Nº 28.927 - RS (2009/0034015-3). Assim, por razões de conveniência e oportunidade e verificado que o interesse público poderá ser satisfeito de uma forma mais adequada, incumbe ao órgão licitante revogar a licitação. Portanto, com fulcro no art. 49, § 3º da Lei nº 8.666/93 c/c art. 109, I, "c", de-se ciência aos licitantes da revogação da presente licitação, para que, querendo, exerçam a ampla defesa e o contraditório, no prazo de 05 (cinco) dias úteis. Assim sendo, a presente licitação não terá prosseguimento. Monção/MA, 27 de abril de 2023. **Kedma Oliveira Nussraia** – Secretária Municipal de Finanças e Planejamento.

ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTES ALTOS
CNPJ: 06.755.104/0001-40
Comissão Permanente de LicitaçãoPREFEITURA MUNICIPAL DE MONTES ALTOS (MA)
AVISO DE ADIAMENTO
TOMADA DE PREÇOS Nº 003/2023

A Prefeitura Municipal de Montes Altos (MA) através da Comissão Permanente de Licitação, comunica que a licitação em epígrafe, objetivando contratação de empresa especializada para Perfuração de poço no estádio municipal, conforme condições e especificações estabelecidas no Edital e seus Anexos. A abertura da sessão pública anteriormente marcada para o dia 04 de maio de 2023, às 14h00min (catorze horas), fica ADIADA para o dia 25 de maio de 2023, às 09h00min (nove horas). Informações adicionais podem ser obtidas junto a Comissão Permanente de Licitação. Montes Altos - Maranhão 02 de maio de 2023. **Raélla de Cássia Ferreira da Silva** - Presidente da Comissão Permanente de Licitação.

ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE BARREIRINHAS
COORDENAÇÃO CENTRAL DE LICITAÇÃO - CCLAVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 015/2023 - CCL/PMB
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 4.691/2022

OBJETO: Contratação de empresa para fornecimento de materiais para compor kits de primeiros socorros para as Creches da Rede Municipal de Ensino do Município de Barreirinhas/MA.
DATA DA ABERTURA: 18/05/2023 às 09h30min, horário de Brasília.
LOCAL DE REALIZAÇÃO: Portal CMB – www.centralcomprashsma.com.br
Informações adicionais em www.barreirinhas.ma.gov.br e www.centralcomprashsma.com.br.

Barreirinhas (MA), 02 de maio de 2023.
Aquílas Conceição Martins
Pregoeira

REQUERIMENTO DE LICENÇA AMBIENTAL

O Complexo Portuário do Maranhão S.A., CNPJ 49.695.667/0001-45, torna público que requereu à Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Recursos Naturais – SEMA, a Licença de Prévia (LP) para a atividade de implantação de Acesso Rodoviário e Ferroviário ao Complexo Portuário do Maranhão, no município de São Luís, Estado do Maranhão, conforme dados constantes no e-processo SEMA, nº 71928/2023.

SUZANO S/A, torna público que RECEBEU junto à Secretaria de Meio Ambiente e Recursos Naturais – SEMA/MA, a Licença Única Ambiental de Regularização- LUAR, para a atividade Agrossilvopastoril na Fazenda Santa Rosa (mat 45337), localizada na Zona Rural no Município de Imperatriz/MA, conforme Processo nº 214365/2014.

SOLICITAÇÃO DE LICENÇA PRÉVIA

TANGARÁ TRANSMISSORA DE ENERGIA ELÉTRICA S.A., CNPJ nº 45.690.276/0001-87, torna público que está requerendo Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Recursos Naturais (SEMA) a Licença Prévia (LP) do empreendimento Subestação (SE) 500/230/138 kV Santa Luzia III, localizado no município de Santa Luzia, no estado do Maranhão. Foi determinado a elaboração do Relatório Ambiental Simplificado – RAS.

EMPRESA MARANHENSE DE SERVIÇOS HOSPITALARES
COMISSÃO SETORIAL DE LICITAÇÃO

AVISO DE LICITAÇÃO

LICITAÇÃO ELETRÔNICA Nº 112/2023 - CSL/EMSERH

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 78.176/2021 - EMSEERH

OBJETO: Fornecimento de Insumos para realização de exames microbiológicos e análise de água para LACEN/IMA.

CRITÉRIO DE JULGAMENTO: MENOR PREÇO POR ITEM

DATA DA SESSÃO: 18/05/2023, às 9h00min, horário de Brasília.

Local de Realização: Sistema Licitações-e (www.licitacoes-e.com.br)

Edital e demais informações estão disponíveis em www.emserh.ma.gov.br e www.licitacoes-e.com.br.

Informações adicionais serão prestadas na CSL/EMSERH localizada, na Av. Borborema, Qd-16, nº 25, Bairro do Calhau, São Luís/MA no horário de 08h00min às 12h00min e das 14h00min às 18h00min de segunda a sexta, pelos e-mails csl.emserh.ma@gmail.com e/ou vincius.licitacao.emserh@gmail.com ou pelo Telefone (98) 3235-7333.

São Luís (MA), 02 de maio de 2023.

Vincius Boueres Diogo Fontes
Agente de Licitação da CSL/EMSERH
Mat. nº 3.844

REQUERIMENTO DE LICENÇA AMBIENTAL

O Complexo Portuário do Maranhão S.A., CNPJ 49.695.667/0001-45, torna público que requereu à Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Recursos Naturais – SEMA, a Licença de Prévia (LP) para a atividade de implantação do Complexo Portuário do Maranhão, no município de São Luís, Estado do Maranhão, conforme dados constantes no e-processo SEMA, nº 71920/2023.

EMPRESA MARANHENSE DE SERVIÇOS HOSPITALARES
COMISSÃO SETORIAL DE LICITAÇÃO

AVISO DE LICITAÇÃO

LICITAÇÃO PRESENCIAL Nº 044/2023-CSL/EMSERH

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 169.068/2021 - EMSEERH

OBJETO: Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de saúde na especialidade **Nefrologia**, com os serviços em Hemodiálise, fornecimento de materiais de consumo, insumos, reagentes e equipamentos em comodato, serviços de manutenção preventiva, corretiva, calibração, instalação das máquinas de hemodiálise e osmose reversa, para atender a demanda do Hospital da Ilha.

CRITÉRIO DE JULGAMENTO: MENOR PREÇO POR LOTE.

DATA DA ABERTURA: às 09h00min do dia 30/05/2023, horário de Brasília/DF.

LOCAL DE REALIZAÇÃO: Auditoria da EMSEERH, localizada na Av. Borborema, qd. 16, nº 25, Bairro do Calhau, São Luís – MA.

Edital e demais informações estão disponíveis no site da EMSEERH (www.emserh.ma.gov.br).

Informações adicionais serão prestadas na CSL/EMSERH localizada, na Av. Borborema, Qd-16, nº 25, Bairro do Calhau, São Luís/MA, pelos e-mails csl.emserh.ma@gmail.com e/ou laurocs18@gmail.com, ou pelo Telefone (98) 3235-7333.

São Luís (MA), 02 de maio de 2023.

Lauro César Costa
Agente de Licitação da CSL/EMSERH
Matrícula nº 528EMPRESA MARANHENSE DE SERVIÇOS HOSPITALARES
COMISSÃO SETORIAL DE LICITAÇÃO

AVISO DE LICITAÇÃO

LICITAÇÃO PRESENCIAL Nº 043/2023 - CSL/EMSERH

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 31.157/2022 - EMSEERH

OBJETO: Contratação de empresa especializada na Prestação de Serviços de Saúde em Unidades de Suporte Avançado (USA) com realização de consultas para atender a demanda da Policlínica do Cujupe.

CRITÉRIO DE JULGAMENTO: Menor Preço Por ITEM.

DATA DA REABERTURA: 26/05/2023 às 9h00min, horário de Brasília-DF.

Local de Realização: Auditoria da EMSEERH, localizada na Av. Borborema, Qd-16, nº 25, Bairro do Calhau, São Luís/MA.

Edital e demais informações disponíveis em www.emserh.ma.gov.br.

Informações adicionais serão prestadas na CSL/EMSERH localizada, na Av. Borborema, Qd-16, nº 25, Bairro do Calhau, São Luís/MA, pelos e-mails csl.emserh.ma@gmail.com e/ou maianeemserh@gmail.com, ou pelo Telefone (98) 3235-7333.

São Luís (MA), 02 de maio de 2023.

Maiane Rodrigues Corrêa Lobão
Agente de Licitação/EMSERH
Mat. 7.325ESTADO DO MARANHÃO
Prefeitura Municipal de São João Batista
CNPJ: 35.101.369/0001-7

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO BATISTA – MA

AVISO DE LICITAÇÃO. PREGÃO ELETRÔNICO Nº 009/2023 - REGISTRO DE PREÇO Nº 006/2023. O Município de São João Batista (MA), avisa aos interessados que fará realizar Licitação na seguinte modalidade e condições. Modalidade: Pregão Eletrônico. Modo de disputa: Aberto. Tipo de licitação: Menor Preço por ITEM, que será regida pela Lei nº 10.520/2002, subsidiariamente as disposições da Lei nº 8.666/93, suas alterações. Objeto: Futura e eventual contratação de empresa para prestação de serviços de organização de eventos para o Município de São João Batista – MA. Data e horário do início da disputa: 09h:30min do dia 22/05/2023. Site para realização do Pregão: www.licitanet.com.br. Poderão participar da Licitação todas as empresas especializadas no ramo, que comprovem possuir os requisitos mínimos de qualificação exigidos no edital, para a execução de seus objetivos. Maiores informações poderão ser obtidas no site do LICITANET e também nos dias de expediente das 08:00 às 12:00 horas, no Setor de Licitação do Município de São João Batista - MA, onde poderão ser consultados gratuitamente, desde que em mídia. Dúvidas e esclarecimentos, e-mail: cpisaojoabatista@hotmail.com. São João Batista - MA, 04 de Maio de 2023. **Aronaldo Martins Dominici** - Chefe de Gabinete da Prefeitura Municipal

SOLICITAÇÃO DE LICENÇA PRÉVIA

TANGARÁ TRANSMISSORA DE ENERGIA ELÉTRICA S.A., CNPJ nº 45.690.276/0001-87, torna público que está requerendo Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Recursos Naturais (SEMA) a Licença Prévia (LP) do empreendimento Trechos de LT 500 kV entre a SE Santa Luzia III e a LT 500 kV Açailândia - Miranda II, localizado no município de Santa Luzia, no estado do Maranhão. Foi determinado a elaboração do Relatório Ambiental Simplificado – RAS.

UNIÃO COMUNITÁRIA DE MÃES BURITIBRAVENSES, CNPJ: 04.953.940/0001-56, torna público, que RECEBEU da Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Recursos Naturais, em 02/05/2023, Autorização para Perfuração de poço tubular nº 0887204/2023, coordenadas 5°35'29.847" S e 43°46'3.139"W, situado no Pov. Serrinha, município de Buriti Bravo/MA, para fins de abastecimento visando consumo humano e dessedentação animal, conforme dados constantes no processo nº 242128/2022.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DE RIBAMAR – MA

AVISO DE LICITAÇÃO. PREGÃO ELETRÔNICO Nº 022/2023 - CELICC/PMSJR. PROC. Nº 2112/2022-SEMAS. A Prefeitura Municipal de São José de Ribamar – MA, através de sua Pregoeira, torna público aos interessados que realizará às 10h:00min (horário de Brasília) do dia 24 de maio de 2023, Pregão Eletrônico, tipo Menor Preço, cujo objeto é o Registro de Preços para Contratação de empresa para a prestação de serviços de cotação, reserva e fornecimento de passagens aéreas, visando atender as necessidades desta Secretaria, na forma da Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002, Lei Complementar Municipal nº 046, de 11 de maio de 2017, Decreto Municipal nº 207, de 16 de outubro de 2006 e subsidiariamente pela Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993. Poderão participar deste pregão eletrônico as empresas que preencherem os requisitos do Edital. A sessão pública acontecerá pelo site: www.licitacaosaosjosederibamar.com.br. O Edital e seus anexos estão à disposição dos interessados no endereço supra, de 2ª a 6ª feira, no horário das 08:00h às 13:30h, telefone (98) 3224-0769 e no site www.saojosederibamar.ma.gov.br, onde poderão ser consultados e obtidos gratuitamente. O Edital também pode ser adquirido no site www.licitacaosaosjosederibamar.com.br. Qualquer modificação no Edital será divulgada na forma do artigo 21, § 4º da Lei 8.666/93 e comunicada aos interessados que adquirirem o Edital na CELICC. Pedidos de esclarecimentos deverão ser protocolados através do site: www.licitacaosaosjosederibamar.com.br. São José de Ribamar (MA), 03 de maio de 2023. **Jérlida de Freitas Nunes**, Pregoeira

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DE RIBAMAR – MA

AVISO DE LICITAÇÃO. PREGÃO ELETRÔNICO Nº 025/2023 - CELICC/PMSJR. PROC. Nº 201/2023-SEMED. A Prefeitura Municipal de São José de Ribamar – MA, através de sua Pregoeira, torna público aos interessados que realizará às 14h:00min (horário de Brasília) do dia 25 de maio de 2023, Pregão Eletrônico, tipo Menor Preço, cujo objeto é o Registro de Preços de Extintores de Incêndio, para futuras e eventuais aquisições pela Prefeitura Municipal de São José de Ribamar, na forma da Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002, Lei Complementar Municipal nº 046, de 11 de maio de 2017; Decreto Municipal nº 207, de 16 de outubro de 2006 e subsidiariamente pela Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993. Poderão participar deste pregão eletrônico as empresas que preencherem os requisitos do Edital. A sessão pública acontecerá pelo site: www.licitacaosaosjosederibamar.com.br. O Edital e seus anexos estão à disposição dos interessados no endereço supra, de 2ª a 6ª feira, no horário das 08:00h às 13:30h, telefone (98) 3224-0769 e no site www.saojosederibamar.ma.gov.br, onde poderão ser consultados e obtidos gratuitamente. O Edital também pode ser adquirido no site www.licitacaosaosjosederibamar.com.br. Qualquer modificação no Edital será divulgada na forma do artigo 21, § 4º da Lei 8.666/93 e comunicada aos interessados que adquirirem o Edital na CELICC. Pedidos de esclarecimentos deverão ser protocolados através do site: www.licitacaosaosjosederibamar.com.br. São José de Ribamar (MA), 03 de maio de 2023. **Jérlida de Freitas Nunes**, Pregoeira

PREFEITURA MUNICIPAL DE MIRADOR
Rua Jornalista Maurício Meire, 22 - Centro
CEP 65.850-000 CNPJ nº 06.140.818/0001-96EXTRATO DE EDITAL
CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 002/2023-CP/PMMA
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 032/2023

O Município de Mirador, no Estado do Maranhão, comunica aos interessados que realizará licitação na modalidade Concorrência Eletrônica no dia 19/05/2023, às 09:00 horas, horário local, objetivando a contratação de empresa especializada na construção de praça de eventos.

O presente Edital completo e anexos estará à disposição dos interessados no endereço eletrônico

<https://bnccompras.com> ou no portal de transparência <http://www.transparencia.mirador.ma.gov.br> acesso/Informacao/licitacao/lice ou no Portal Nacional de Compras <https://www.gov.br/pncp/pl-br>.

Mirador/MA, 04 de maio de 2023.

UBENILDES RODRIGUES LIMA BRITO
Agente de Contratação

SOLICITAÇÃO DE LICENÇA PRÉVIA

TANGARÁ TRANSMISSORA DE ENERGIA ELÉTRICA S.A., CNPJ nº 45.690.276/0001-87, torna público que requereu junto ao Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Maranhão) – IBAMA/MA a Licença Prévia (LP) do empreendimento Linha de Transmissão (LT) 230 kV Açailândia - Dom Eliseu II, C1 e C2, CD; SE 500/230/69 kV Açailândia e SE 230/69 kV Dom Eliseu II, localizados nos municípios de Dom Eliseu, no Pará, Itinga e Açailândia, ambos no estado do Maranhão. Foi determinado a elaboração do Relatório Ambiental Simplificado – RAS.

São Luís, sexta-feira, 5 de maio de 2023

ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ANAPURUS
SECRETARIA MUNICIPAL DE ORÇAMENTO
CNPJ 06.116.461/0001-00

ADIAMENTO DE LICITAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 033/2023/SRP. O Município de Anapurus/MA, com BASE LEGAL: Lei nº 10.520/2002, Decreto Federal nº 10.024/2019, Decreto Municipal nº 036/2021, Lei nº 123/06, Lei 147/14, Decreto Federal nº 8.538/15, e Decreto Federal nº 7.892/13 e alterações e subsidiariamente no que couber as disposições da Lei nº 8.666/93 e suas alterações. Torna público que FICA ADIADO PARA O dia 19/05/2023 às 09:00hr, do tipo MENOR PREÇO POR ITEM, Contratação de empresa especializada em Serviços de Manutenção e Equipamentos Eletrônicos de Informática e fornecimento de suprimentos, peças e ou componentes de interesse da secretaria municipal de Administração, sediada na Av. João Francisco Montele, SN, centro, Anapurus/MA, Estado do Maranhão. A sessão pública será no portal <http://www.bnc.org.br>. O Edital e seus anexos estão à disposição no endereço eletrônico <http://www.bnc.org.br> como também por meio do portal da transparência desta prefeitura. Anapurus/MA, 04 de MAIO de 2023. **ALMIR LIMA DA SILVA**. Pregoeiro.



AVISO DE REPUBLICAÇÃO DE LICITAÇÃO. PREGÃO ELETRÔNICO Nº 023/2023-SRP. A Prefeitura Municipal de Lago da Pedra – MA, torna público para o conhecimento dos interessados, que fará realizar, sob a égide da Lei nº 10.520/2002 e subsidiariamente as disposições da Lei nº 8.666/1993 e suas alterações posteriores, da Lei Complementar nº 123/2006 e de outras normas aplicáveis ao objeto deste certame, licitação na modalidade Pregão Eletrônico, do tipo Menor Preço Global, objetivando REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO VEICULAR, CORRETIVA E PREVENTIVA, QUE COMPOEM A FROTA DA PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGO DA PEDRA, COM FORNECIMENTO DE MÃO DE OBRA, PEÇAS E INSUMOS. A sessão será realizada através do Portal Licitnet, pelo endereço eletrônico www.licitnet.com.br, sendo conduzida pelo(a) Pregoeiro(a) desta Prefeitura Municipal, auxiliado pela Equipe de Apoio com data de abertura agendada para 22 de maio de 2023 às 09:00 (nove horas). O Edital e seus anexos encontram-se disponíveis no prédio onde funciona a Comissão Permanente de Licitação, das 08:00 às 12:00 horas, ou através do Portal da Transparência do Município pelo endereço www.lagopadepedra.ma.gov.br, ou ainda pelo endereço Portal Licitnet, www.licitnet.com.br, e-mail: licitacao@lagopadepedra.ma.gov.br - Lago da Pedra - MA, 04 de maio de 2023. **Sabrina Santos de Araújo** - Pregoeira Municipal.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DE RIBAMAR - MA

AVISO ADIAMENTO DE LICITAÇÃO. PREGÃO ELETRÔNICO Nº 021/2023 – CELICC/PMSJR. PROC. Nº 839/2022-SEMPAF. A Prefeitura Municipal de São José de Ribamar – MA, através de seu Pregoeiro, torna público aos interessados que a Sessão que estava prevista para ser realizada às 10h:00min (horário de Brasília) do dia 03 de maio de 2023, cujo objeto é o Registro de Preço para Contratar empresa especializada na confecção e impressão de materiais gráficos e de comunicação visual para a ampla divulgação de eventos e serviços realizados e apoiados pela Secretaria Municipal de Planejamento, Administração e finanças bem como abastecimento do almoxarifado para o uso de diversas Secretarias, será adiada para o dia 17 de maio de 2023, às 10:00min, devido ter sido julgado parcialmente procedente a Impugnação feita pela empresa NOVA INDUSTRIA, COMERCIO E SERVIÇOS LTDA – EPP, CNPJ sob o nº 86.863.412/0001-70, o que motivou a redefinição do Edital, conforme julgamento da Impugnação anexo ao sistema. A sessão pública acontecerá pelo site: www.licitacaosaosjosederibamar.com.br. O Edital e seus anexos estão à disposição dos interessados no endereço supra, de 2ª a 6ª feira, no horário das 08:00h às 13:30h, telefone (98) 3224-0769 e no site www.saojosederibamar.ma.gov.br, onde poderão ser consultados e obtidos gratuitamente. O Edital também pode ser adquirido no site www.licitacaosaosjosederibamar.com.br. Qualquer modificação no Edital será divulgada na forma do artigo 21, § 4º da Lei 8.666/93 e comunicada aos interessados que adquirir o Edital na CELICC. Pedidos de esclarecimentos deverão ser protocolados através do site: www.licitacaosaosjosederibamar.com.br. São José de Ribamar (MA), 03 de maio de 2023. **Gotardo Tibere Costa**. Pregoeiro.

AVISO DE LICITAÇÃO TOMADA DE PREÇOS Nº 003/2023. A Prefeitura Municipal de Santo Amaro do Maranhão – MA, através da Secretaria Municipal de Saúde e Saneamento, torna público para conhecimento dos interessados que estará realizando licitação na modalidade Tomada de Preços, do tipo Menor Preço Global, objetivando a contratação de empresa especializada em serviços de obras e engenharia para conclusão da construção de uma UBS TIPO I, de interesse da Secretaria Municipal Saúde e Saneamento, o qual será processado e julgado em conformidade com as disposições da Lei Federal nº 8.666/93 e alterações posteriores e as condições do Edital à realizar-se às 08:30 (oito e trinta minutos) horas do dia 29 de maio de 2023. A sessão pública de julgamento será realizada na sala da Comissão Permanente de Licitação – CPL, situada à Praça Nossa Senhora da Conceição, S/N, Centro, Santo Amaro do Maranhão – MA, no dia, hora e local citados, em que serão recebidos os envelopes de proposta e habilitação. O Edital e seus anexos estão à disposição de interessados no mesmo endereço para consulta gratuita, de 2ª a 6ª, das 08:00 às 12:00 horas. Esclarecimento adicional no mesmo endereço e através do E-mail: cplsantoamaro.ma@gmail.com. Santo Amaro do Maranhão (MA), 02 de maio de 2023. **Izabel Cutrim dos Santos Neta** - Secretária Municipal de Saúde e Saneamento Portaria: 04/2021.

ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ANAPURUS
SECRETARIA MUNICIPAL DE ORÇAMENTO
CNPJ 06.116.461/0001-00

PREFEITURA MUNICIPAL DE ANAPURUS – MA

EXTRATO: 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO 239/2021 - TOMADA DE PREÇOS Nº 003/2021. PREFEITURA MUNICIPAL DE ANAPURUS – MA, CNPJ Nº 06.116.461/0001-00, e de outro lado a empresa CANAÁ CONSTRUÇÕES E SERVIÇOS EIRELI, CNPJ nº 11.443.328/0001-07, RESOLVEM celebrar o primeiro termo aditivo de prazo em mais 12 (doze) meses, a partir da data de assinatura deste termo aditivo, com amparo legal no artigo 57, § 1º, II e § 2º da Lei 8666/93. Ficam ratificadas e inalteradas todas as demais cláusulas e condições do contrato. Anapurus/MA, em 09 de novembro de 2022. Signatários: Sr. ALDIR FERNANDO GATINHO, Secretário Municipal de Orçamento, pela CONTRATANTE, e o Sr. **MANOEL MARQUES DA SILVA**, pela CONTRATADA.

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAIPAVA DO GRAJAÚ - MA
CNPJ: 01.612.548/0001-66 Av. Dep. Mercal Liam de Arruda, s/n – centro,
CEP: 65.948-000 - Itaipava do Grajaú – MA.

AVISO DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 018/2023-PMIG. A Prefeitura Municipal de Itaipava do Grajaú avisa aos interessados que realizará licitação, nos seguintes termos: OBJETO: Contratação de empresa para o fornecimento parcelado de combustível (Gasolina, Diesel) para o Município de Itaipava do Grajaú/MA. ABERTURA: 19 de maio de 2023 às 08h30min. ENDEREÇO: www.licitnet.com.br. TIPO LICITAÇÃO: Menor Preço Por Item. BASE LEGAL: Constituição Federal, Art. 37, XXI, Lei nº 10.520/2002 e no que lhe couber, Decreto Federal nº 10.024/2019 e subsidiariamente, a Lei Federal nº 8.666/93 e demais normas pertinentes à espécie. PROCESSO ADMINISTRATIVO: 2023034/2023-PMIG. OBTENÇÃO DO EDITAL: O Edital e seus anexos estão à disposição dos interessados na sala da Comissão Permanente de Licitação – CPLAv. Deputado Mercal Lima de Arruda, s/n – centro, Itaipava do Grajaú no horário de 08h00min às 12h00min, (impressos mediante o pagamento de valor relativo ao custo de reprodução gráfica) ou poderão ser baixados gratuitamente, pelo site www.itaipava.ma.gov.br/transparencia/licitacoes e ser consultados pelo e-mail: cpl.pmig@gmail.com. PUBLIQUE-SE. Itaipava do Grajaú/MA, 02 de maio de 2023. **José Carvalho Júnior** – Pregoeiro.



COMUNICADO: CRYSTAL EMPREENDIMENTOS MÉDICOS E HOSPITALARES LTDA – NATUS LUMINE MATERNIDADE E HOSPITAL, CNPJ 23.813.270/0001-17, torna público que recebeu da Secretaria Municipal de Meio Ambiente – SEMMAM, a Licença Corretiva de Instalação (LCI) nº 03/2023, para empreendimento comercial e de serviços, cuja atividade consiste nos serviços de médicos-hospitalares, localizado na AV. dos Holandeses, Nº 69, Lote 2, Lote 3, Quadra Y, Conj. Jardim Paulista – Bairro: Olho D'Água – CEP 65065-180

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DE RIBAMAR – MA

AVISO DE CREDENCIAMENTO Nº 09/2023. PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 06/2023. A Prefeitura Municipal de São José de Ribamar - MA, por meio da Comissão Especial de Seleção, torna público aos interessados o aviso do credenciamento nº 09/2023, que tem por objeto o credenciamento de artistas, bandas, grupos musicais, grupos folclóricos, danças regionais, locutores e demais segmentos juninos para compor a programação oficial do São João, Lava Bois e demais atividades posteriores ao período Junino 2023. Período para entrega da documentação: 08/05/2023 a 22/05/2023, das 08h00min às 12h00min e das 14h00min às 16h00min, na sede da SEMTUR, localizada à Praça da Matriz, nº 78, Centro, São José de Ribamar - MA. O Edital está à disposição dos interessados na Secretaria Municipal de Turismo, Cultura, Esporte e Lazer e no site <http://www.saojosederibamar.ma.gov.br> onde poderá ser consultado e obtido gratuitamente. São José de Ribamar - MA, 04 de maio de 2023. **Carla Araujo Souza**. Presidente da CPL.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DE RIBAMAR – MA

AVISO DE LICITAÇÃO. PREGÃO ELETRÔNICO Nº 023/2023 – CELICC/PMSJR. PROC. Nº 053/2023-SEMED. A Prefeitura Municipal de São José de Ribamar – MA, através de sua Pregoeira, torna público aos interessados que realizará às 14h:00min (horário de Brasília) do dia 24 de maio de 2023, Pregão Eletrônico, tipo Menor Preço, cujo objeto é o Registro de Preços para Fornecedor de Água Mineral, para futuras e eventuais aquisições, visando atender às necessidades da Secretaria Municipal de Educação de São José de Ribamar - MA, na forma da Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002, Lei Complementar Municipal nº 046, de 11 de maio de 2017; Decreto Municipal nº 207, de 16 de outubro de 2006 e subsidiariamente pela Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993. Poderão participar deste pregão eletrônico as empresas que preencherem os requisitos do Edital. A sessão pública acontecerá pelo site: www.licitacaosaosjosederibamar.com.br. O Edital e seus anexos estão à disposição dos interessados no endereço supra, de 2ª a 6ª feira, no horário das 08:00h às 13:30h, telefone (98) 3224-0769 e no site www.saojosederibamar.ma.gov.br, onde poderão ser consultados e obtidos gratuitamente. O Edital também pode ser adquirido no site www.licitacaosaosjosederibamar.com.br. Qualquer modificação no Edital será divulgada na forma do artigo 21, § 4º da Lei 8.666/93 e comunicada aos interessados que adquirirem o Edital na CELICC. Pedidos de esclarecimentos deverão ser protocolados através do site: www.licitacaosaosjosederibamar.com.br. São José de Ribamar (MA), 03 de maio de 2023. **Jérlida de Freitas Nunes**. Pregoeira

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DE RIBAMAR – MA

AVISO DE LICITAÇÃO. PREGÃO ELETRÔNICO Nº 026/2023 – CELICC/PMSJR. PROC. Nº 009/2023-IPJSJR. A Prefeitura Municipal de São José de Ribamar – MA, através de sua Pregoeira, torna público aos interessados que realizará às 10h:00min (horário de Brasília) do dia 23 de maio de 2023, Pregão Eletrônico, tipo Menor Preço, cujo objeto é a Contratação de empresa especializada para realização do serviço de recenseamento de todos os servidores ativos, inativos, pensionistas e dependentes, vinculados ao Regime Próprio de Previdência Social do Município de São José de Ribamar – MA, na forma da Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002, Lei Complementar Municipal nº 046, de 11 de maio de 2017; Decreto Municipal nº 207, de 16 de outubro de 2006 e subsidiariamente pela Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993. Poderão participar deste pregão eletrônico as empresas que preencherem os requisitos do Edital. A sessão pública acontecerá pelo site: www.licitacaosaosjosederibamar.com.br. O Edital e seus anexos estão à disposição dos interessados no endereço supra, de 2ª a 6ª feira, no horário das 08:00h às 13:30h, telefone (98) 3224-0769 e no site www.saojosederibamar.ma.gov.br, onde poderão ser consultados e obtidos gratuitamente. O Edital também pode ser adquirido no site www.licitacaosaosjosederibamar.com.br. Qualquer modificação no Edital será divulgada na forma do artigo 21, § 4º da Lei 8.666/93 e comunicada aos interessados que adquirirem o Edital na CELICC. Pedidos de esclarecimentos deverão ser protocolados através do site: www.licitacaosaosjosederibamar.com.br. São José de Ribamar (MA), 03 de maio de 2023. **Jérlida de Freitas Nunes**. Pregoeira.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DE RIBAMAR – MA

AVISO DE LICITAÇÃO. PREGÃO ELETRÔNICO Nº 027/2023 – CELICC/PMSJR. PROC. Nº 083/2023-SEMUS. A Prefeitura Municipal de São José de Ribamar – MA, através de sua Pregoeira, torna público aos interessados que realizará às 14h:00min (horário de Brasília) do dia 23 de maio de 2023, Pregão Eletrônico, tipo Menor Preço, cujo objeto é a Contratação de empresa para Locação, instalação e manutenção de Sistemas de Radiocomunicação Digital na faixa de frequência VHF, contemplando, infraestrutura a todos os recursos necessários para o seu pleno funcionamento, com o objetivo de atender as necessidades do Serviço de Atendimento Móvel de Urgência – SAMU do Município de São José de Ribamar-MA, na forma da Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002, Lei Complementar Municipal nº 046, de 11 de maio de 2017; Decreto Municipal nº 207, de 16 de outubro de 2006 e subsidiariamente pela Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993. Poderão participar deste pregão eletrônico as empresas que preencherem os requisitos do Edital. A sessão pública acontecerá pelo site: www.licitacaosaosjosederibamar.com.br. O Edital e seus anexos estão à disposição dos interessados no endereço supra, de 2ª a 6ª feira, no horário das 08:00h às 13:30h, telefone (98) 3224-0769 e no site www.saojosederibamar.ma.gov.br, onde poderão ser consultados e obtidos gratuitamente. O Edital também pode ser adquirido no site www.licitacaosaosjosederibamar.com.br. Qualquer modificação no Edital será divulgada na forma do artigo 21, § 4º da Lei 8.666/93 e comunicada aos interessados que adquirirem o Edital na CELICC. Pedidos de esclarecimentos deverão ser protocolados através do site: www.licitacaosaosjosederibamar.com.br. São José de Ribamar (MA), 03 de maio de 2023. **Jérlida de Freitas Nunes**. Pregoeira

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DE RIBAMAR – MA

AVISO DE LICITAÇÃO. PREGÃO ELETRÔNICO Nº 028/2023 – CELICC/PMSJR. PROC. Nº 006/2023-IPJSJR. A Prefeitura Municipal de São José de Ribamar – MA, através de sua Pregoeira, torna público aos interessados que realizará às 10h:00min (horário de Brasília) do dia 18 de maio de 2023, Pregão Eletrônico, tipo Menor Preço, cujo objeto é a Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de Implantação de Software voltado especificamente para a Gestão Previdenciária e na prestação de serviços técnicos de assessoria e consultoria em administração e planejamento previdenciário, para atender às necessidades do IPSJR, na forma da Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002, Lei Complementar Municipal nº 046, de 11 de maio de 2017; Decreto Municipal nº 207, de 16 de outubro de 2006 e subsidiariamente pela Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993. Poderão participar deste pregão eletrônico as empresas que preencherem os requisitos do Edital. A sessão pública acontecerá pelo site: www.licitacaosaosjosederibamar.com.br. O Edital e seus anexos estão à disposição dos interessados no endereço supra, de 2ª a 6ª feira, no horário das 08:00h às 13:30h, telefone (98) 3224-0769 e no site www.saojosederibamar.ma.gov.br, onde poderão ser consultados e obtidos gratuitamente. O Edital também pode ser adquirido no site www.licitacaosaosjosederibamar.com.br. Qualquer modificação no Edital será divulgada na forma do artigo 21, § 4º da Lei 8.666/93 e comunicada aos interessados que adquirirem o Edital na CELICC. Pedidos de esclarecimentos deverão ser protocolados através do site: www.licitacaosaosjosederibamar.com.br. São José de Ribamar (MA), 03 de maio de 2023. **Gotardo Tibere Costa**. Pregoeiro.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DE RIBAMAR – MA

AVISO DE LICITAÇÃO. PREGÃO ELETRÔNICO Nº 024/2023 – CELICC/PMSJR. PROC. Nº 01/2023-SEMTUR. A Prefeitura Municipal de São José de Ribamar – MA, através de seu Pregoeiro, torna público aos interessados que realizará às 10h:00min (horário de Brasília) do dia 19 de maio de 2023, Pregão Eletrônico, tipo Menor Preço, cujo objeto é o Registro de Preços de Materiais Esportivos, tendo em vista a necessidade de promover eventos esportivos, para os projetos de esporte e lazer do município de São José de Ribamar, na forma da Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002, Lei Complementar Municipal nº 046, de 11 de maio de 2017; Decreto Municipal nº 207, de 16 de outubro de 2006 e subsidiariamente pela Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993. Poderão participar deste pregão eletrônico as empresas que preencherem os requisitos do Edital. A sessão pública acontecerá pelo site: www.licitacaosaosjosederibamar.com.br. O Edital e seus anexos estão à disposição dos interessados no endereço supra, de 2ª a 6ª feira, no horário das 08:00h às 13:30h, telefone (98) 3224-0769 e no site www.saojosederibamar.ma.gov.br, onde poderão ser consultados e obtidos gratuitamente. O Edital também pode ser adquirido no site www.licitacaosaosjosederibamar.com.br. Qualquer modificação no Edital será divulgada na forma do artigo 21, § 4º da Lei 8.666/93 e comunicada aos interessados que adquirirem o Edital na CELICC. Pedidos de esclarecimentos deverão ser protocolados através do site: www.licitacaosaosjosederibamar.com.br. São José de Ribamar (MA), 03 de maio de 2023. **Gotardo Tibere Costa**. Pregoeiro.

FIQUE A PAR DE TUDO, LEIA O IMPARCIAL.

O melhor e mais diversificado
conteúdo de notícias do Estado



ASSINATURA: ☎ (98) 99144-5645

COMERCIAL: ☎ (98) 99116-1624

oimparcial.com.br